



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL E ANEXOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 2/2026 - SEMED
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9.2026-190101
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01901001/26

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 2/2026 - SEMED		Data de Abertura: 27/02/2026 às 14:00 no site: www.portaldecompraspublicas.com.br	
Unidade Contratante:			
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM NOVO/PA			
Objeto:			
CONSTITUIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEL, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO, E SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS E DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL.			
Valor Total Estimado			
R\$ 2.716.698,78 (dois milhões setecentos e dezesseis mil reais, setenta e oito centavos).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de Disputa	Critério de Julgamento
SIM	NÃO	ABERTO E FECHADO	MENOR PREÇO POR ITEM
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. ME/EPP?	Cota	Exige Amostra/ Dem.?
NÃO	NÃO	NÃO	Fundamento Legal
Recebimento de propostas:			
Início: 09/02/2026 Término: 26/02/2026 às 14:00 HORAS			
Limite para impugnação:			
Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.			
Prazo para envio da proposta/documentação			
Até 2 horas após a convocação realizada pelo Pregoeiro(a).			
Pedidos de Esclarecimentos		Impugnações	
www.portaldecompraspublicas.com.br		www.portaldecompraspublicas.com.br	

PREFEITURA DE
SANTARÉM NOVO
SEGUINDO EM FRENTE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL E ANEXOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 3/2026 - SEMED
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9.2026-210101
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2101001/26

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE SANTARÉM NOVO, torna público que realizará licitação, para contratação de empresa para a **AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEL**, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 16/2024 de 16 de janeiro de 2024, Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais atos normativos aplicáveis, e, ainda, de acordo com as disposições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1.2. A **Prefeitura Municipal de Santarém Novo** abrirá prazo para o cadastramento eletrônico das propostas de preços e envio dos documentos de habilitação pela plataforma eletrônica do Portal de Compras Públicas, compreendido entre 09/02/2026 e 26/02/2026.

1.3. O prazo para envio das propostas de preços e demais documentos se encerrará 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão pública, ou seja: os interessados devem enviar a documentação necessária até as **14h00min** - horário de Brasília/DF do dia **26/02/2026**.

2. OBJETO

O objeto da presente licitação é a **CONSTITUIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEL, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO, E SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS E DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL**., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.1. Os quantitativos do objeto desta licitação estão distribuídos conforme discriminado no **Anexo I** – Termo de Referência.

2.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A Sessão deste **PREGÃO ELETRÔNICO SRP** será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, horário e local indicado no Preâmbulo.

3.2. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.4. Para acesso ao sistema de aquisições, será disponibilizado à empresa cadastrada um login e senha, pessoal e intransferível. Esse procedimento não substitui os documentos de habilitação solicitados no **item 16** deste Edital.

3.5. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail: pmsn.licita@gmail.com

3.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.6.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à(o) Prefeitura e suas secretarias e fundos responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.6.2. O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.6.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.7. O Pregão será conduzido pela Prefeitura Municipal de Santarém Novo com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

3.8. Após o cadastramento, o representante da empresa deverá credenciar-se e preencher no Portal de Compras Públicas proposta de preços, conforme **item 13** deste Edital.

3.9. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.10. Poderão participar deste certame pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível e pertinente com o objeto desta licitação e atendam às exigências deste Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização aos licitantes pela realização de tais atos.

3.11. Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da Portal de Compras Públicas, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br e as especificações constantes no Termo de Referência, **PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA, EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO** prevalecerão às últimas.

3.12. Dúvidas em relação à operacionalização do sistema, como forma de anexar documentos ou operar durante a fase de disputa, por exemplo, devem ser direcionadas diretamente ao suporte da plataforma, não havendo conhecimento técnico dos servidores para prestar tais informações.

3.13. Não poderão disputar esta licitação:

3.13.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.13.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.13.3. Aqueles que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, ressalvados os que tenham plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz e possam apresentar habilitação.

3.13.4. Empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.13.4.1. Da justificativa para a vedação de participação de empresas reunidas em consórcio:

a) Administração poderá adotar ou não consórcios na licitação, esta admissibilidade depende da característica da licitação, devendo ser observado a complexidade do objetivo, seja no âmbito financeiro ou no âmbito da magnitude da licitação. Porém, é notório que licitação em questão possui um objeto simples e muito comum, bem como um orçamento relativamente baixo, por este motivo houve a supressão desta possibilidade.

b) Ainda nesta esteira é importante destacar que as doutrinas e jurisprudências pátrias são unânimes em reconhecer que a permissão/autorização de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração. Acórdão 1636/2007 – TCU - Plenário, Acórdão 566/2006 – TCU – Plenário.

c) No mesmo sentido: o Acórdão 1240/2008 – TCU - Plenário: *"A regra, no procedimento licitatório, é a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, **permitindo-se a união de esforços quando questões de alta complexidade e de relevante vulto impeçam a participação isolada de empresas com condições de, sozinhas, atenderem todos os requisitos de habilitação exigidos no edital**, casos em que a participação em consórcio ampliaria o leque de concorrentes. A Lei deixa à discricionariedade administrativa a decisão de permitir a participação no certame de empresas em consórcio.*

d) Face ao exposto, por tratar-se de uma aquisição de pouca complexidade e quantitativo baixo, se comparado as grandes contratações, esta Administração entendeu que não há necessidade de permitir a participação de empresas reunidas em consórcios.

3.13.5. Empresas estrangeiras que não funcionem no País.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.13.6. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, produtos/serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.13.6.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13.6.2. Aquele que de forma isolada ou em consórcio, for responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, produtos/serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.13.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, aplicado também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.13.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.13.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13.11. A vedação estabelecida no item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.14. Não poderão participar deste Pregão ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

3.14.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.14.2. O impedimento de que trata o **item 3.14.1** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.14.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.14.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.14.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.15. No caso de MPE's (Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedor Individual), para participação é obrigatória a identificação no sistema da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual.

3.16. Serão estendidas às Cooperativas os benefícios previstos para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3.17. Conforme instituído pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 24 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, fica concedido e assegurado o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual com exclusividade do objeto,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014.

3.18. Serão estendidas às Cooperativas os benefícios previstos para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3.19. O licitante que se declarar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual ou Cooperativa equiparada, deverá ainda selecionar o campo respectivo, caso possua alguma restrição quanto à documentação referente à regularidade fiscal.

3.20. Os licitantes se responsabilizam pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo todos os ônus pela preparação da proposta assim como da habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame.

3.21. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados pelos licitantes deverão referir-se ao mesmo CNPJ descrito por estas na proposta de preços, salvo aqueles documentos permitidos por lei.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

4.1. Conforme instituído pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica concedido e assegurado o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual com exclusividade do objeto, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014.

4.1.1. A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá selecionar a opção na plataforma eletrônica do Portal de Compras Públicas: Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, antes do envio da proposta, e no momento da Habilitação comprovar tal situação apresentando todos os documentos solicitados neste Edital, bem como aqueles previstos na legislação vigente.

4.1.2. A falta de identificação no sistema, antes de envio da proposta acarretará preclusão dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

4.1.1 Serão estendidas às Cooperativas os benefícios previstos para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.1.2 O licitante que se declarar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual ou Cooperativa equiparada, deverá ainda selecionar o campo respectivo, caso possua alguma restrição quanto à documentação referente à regularidade fiscal.

4.1.3 Nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 21, § 2º da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme **subitem 16.9.2** deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.2. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:

4.2.1.1 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual deverá assinalar no respectivo campo da Plataforma do Portal de Compras Públicas, no momento do credenciamento, conforme descrito no **subitem 12.2** deste Edital;

4.2.1.2 Será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.2.1.3 Este tratamento favorecido somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

4.2.1.4 O motivo da irregularidade fiscal pendente deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 4.2.1.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e no Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

4.4. Em caso de atraso, por parte dos órgãos competentes da emissão de certidões negativas de débito ou de certidões positivas com efeito de negativas, o licitante poderá apresentar à Administração Pública, em prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, contados do término do prazo conferido aos referidos órgãos responsáveis pela emissão, outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, nos termos dos arts. 151 e 156 do Código Tributário Nacional, juntamente com a prova de protocolo do pedido da certidão comprobatória.

4.5. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal.

4.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

4.7. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

4.7.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

4.7.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

4.7.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

4.7.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.7.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e produtos/serviços produzidos ou prestados por:

4.7.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

4.7.5.2. Empresas brasileiras;

4.7.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

4.7.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

4.8. A obtenção dos benefícios a que se refere este tópico fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5. REFERENCIAS DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

6.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.3. A ata de registro de preços será formalizada, com observância dos artigos 82 a 86 da Lei 14.133/21 e DECRETO Nº 11.462 DE 31 DE MARÇO DE 2023, e será subscrita pela autoridade competente.

6.4. Será registrado o menor preço.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.5. Será admitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

6.6. A licitante que convocada para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.7. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A CONTRATADA deverá executar o objeto contratado conforme solicitação da **CONTRATANTE**, nos termos prescritos no Termo de Referência, obedecendo-se ainda os seguintes preceitos:

7.1.1. O responsável pelo recebimento do objeto deverá atestar a qualidade e quantidade dos serviços, devendo rejeitar qualquer objeto que esteja em desacordo com o especificado no Termo de Referência.

7.2. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato, exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

7.3. Os serviços rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, deverão ser substituídos/refeitos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado conforme a ordem cronológica de pagamentos do Município, em até 30 (trinta) dias contado após a emissão e protocolo da nota fiscal, com o aceite do fiscal, observadas as condições de recebimento provisória ou definitiva.

8.2. A nota fiscal deverá vir acompanhada de relatório dos serviços prestados/executados e fornecidos.

8.3. Na emissão da nota fiscal deverá ser informado o número do empenho e Autorização de Fornecimento correspondente.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em razão de inadimplência referente à execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou à correção monetária.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

8.6. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a entrega do objeto.

8.7. Em caso de atraso no pagamento por parte da **Prefeitura Municipal**, o valor do montante será atualizado financeiramente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE), desde a data do seu vencimento até o dia do efetivo pagamento, bem como incidirá multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e juros de mora de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) ao dia de atraso e serão pagas por meio de crédito em conta corrente, conforme as regras contidas no item anterior, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.

8.8. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos.

8.9. A ordem cronológica referida somente poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior Comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

I - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

IV - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

8.10. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços;

8.11. O gestor do contrato será o responsável pela certificação das Notas Fiscais, bem como liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

9. DA RECUSA DA CONTRATACAO

9.1. Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação:

a) a alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique as contratações decorrentes do registro;

b) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto da licitação;

c) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado;

d) a dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;

9.2. A Prefeitura Municipal, diante da recusa, apurará as razões do interessado no próprio processo que deu origem à contratação, de que poderá resultar a liberação do compromisso por ele assumido, ou a rejeição da recusa e consequente aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste edital, sem embargo de lhe ser franqueado o contraditório e a ampla defesa.

9.3. Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na entrega do objeto no prazo previsto neste Edital, deve(m), o(s) adjudicatário(s) submeter(em) os fatos, por escrito a Prefeitura, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a entrega do material.

10. DO RECEBIMENTO DO CONTRATO

10.1. Os serviços/produtos serão recebidos provisoriamente pela fiscal do contrato de forma sumária, no ato da entrega do equipamento ou bens ou serviços revisados, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os equipamentos ou bens ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do equipamento ou bens ou serviços consequentes aceitação mediante termo detalhado.

10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor da Lei 14.133 de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ética - profissional pela perfeita execução do contrato.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

11. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar edital** de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para **solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, **devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.**

11.1.1. A **resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento** será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.1.2. Os pedidos deverão ser encaminhados a **Prefeitura Municipal**, exclusivamente via plataforma eletrônica do Portal de Compras Públicas, sendo direcionado ao pregoeiro, a quem caberá responder e divulgar sua resposta no mesmo sistema até o último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.1.3. O pregoeiro não está obrigado a receber Impugnações e Pedidos de Esclarecimentos apresentados fora do prazo, mas mesmo que intempestivo, para fins de se resguardar e também a Administração.

11.1.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.2. Em impugnações e pedidos de esclarecimentos, é facultado o pregoeiro solicitar manifestações de profissionais com conhecimento sobre o objeto licitado, ou ainda, aos setores contábil e financeiro do próprio Órgão licitante ou entidade promotora da licitação.

11.2.1. Também é facultado solicitar análise das **impugnações** e pedidos de esclarecimentos à Assessoria Jurídica.

11.3. Se ocorrer modificação no Edital e seus anexos, em razão do acolhimento de impugnação ou pedido de esclarecimento, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração para a realização do certame, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação de propostas.

11.4. Se ocorrer modificação no Edital e seus anexos, em razão do acolhimento de impugnação ou pedido de esclarecimento, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração para a realização do certame, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação de propostas.

11.5. Decairá o direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a realização do PREGÃO ELETRÔNICO SRP, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entender viciarem o mesmo.

1. CREDENCIAMENTO

12.1. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas, disponível no site www.portaldecompraspublicas.com.br que será acessado mediante a inclusão do login e senha pessoal, disponibilizado à empresa inscrita no Portal de Compras Públicas.

12.2. Ao acessar o sistema, o licitante deverá:

- a) Localizar o Pregão de interesse, acessando as opções localização dispostas no portal.
- b) Após localizar o Pregão pelo número do Edital ou número do Processo Administrativo, clicar em visualizar.
- c) Em seguida, deverá optar pela declaração de enquadramento ou não de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual.
- d) A não identificação no sistema acarretará preclusão consumativa do tratamento diferenciado e favorecido, concedido pela Lei Complementar nº 123/2006 - em especial quanto ao seu art. 3º.
- e) Para os itens exclusivos do processo licitatório, a não identificação no sistema impedirá a participação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual no referido item.
- f) Serão estendidos às Cooperativas os benefícios previstos para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
- g) É de responsabilidade do licitante observar o disposto na Lei nº 14.133/2021, para solicitar a concessão dos benefícios descritos no art. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.
- h) Realizadas os devidos preenchimentos no sistema, o licitante procederá à confirmação do credenciamento, e então poderá aceitar ou recusar os conteúdos dispostos no edital e na plataforma.
- i) A recusa dos termos impedirá o licitante de participar do certame licitatório.
- j) Ao aceitar os termos, o licitante declara automaticamente que cumpre todos os requisitos exigidos neste Edital.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- k) O Licitante que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, estará sujeita a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.
- l) Até a data e horário previstos no **subitem 1.3**, os Interessados poderão se cadastrar, credenciar, preencher sua proposta de preços e/ou substituir propostas comerciais no sistema eletrônico, encartar e/ou substituir documentos de habilitação exigidos no **item 16**. Após esse prazo os referidos documentos **NÃO** poderão ser alterados ou retirados pelos participantes.
- m) A solicitação de credenciamento do responsável para representar os interesses do licitante junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao PREGÃO ELETRÔNICO SRP.
- n) É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo nos casos de representação para itens distintos.
- o) Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento de fornecedores e das suas respectivas propostas poderão ser esclarecidas por meio de vídeos-aula, acessível pelo Portal de Compras Públicas, ou ainda pela sua equipe de suporte.

13. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES

13.1. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de do edital de licitação, são de **08 (oito) dias úteis**, de acordo com o art. 55, I, "a" da Lei 14.133/21.

13.1.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora limite estabelecidas no referido sistema eletrônico, respeitando o prazo mínimo disposto no subitem anterior, os licitantes deverão encaminhar, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, além de informado no campo disponível no sistema. Deverá anexar a via da proposta de preços em papel timbrado do licitante, registrada com assinatura digital padrão ICP-Brasil do representante legal da licitante, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

13.1.2. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

13.1.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.1.4. Nos termos do art. 58 da Lei n° 14.133/2021, constitui requisito de pré-habilitação a apresentação, pela licitante, de comprovação de recolhimento de garantia de proposta, correspondente ao montante de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, observadas as modalidades previstas no § 1º do art. 96 da referida norma.

13.1.5. Ademais, a licitante que pretender habilitar-se à disputa de um ou mais lotes específicos deverá, obrigatoriamente, apresentar a garantia na modalidade de apólice de seguro, calculada com base no valor estimado dos lotes aos quais deseje concorrer.

13.1.6. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura da ata de registro de preços ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

13.2. O modo de disputa poderá ser o "**aberto e fechado**"

13.3. O modo de disputa aberto e fechado possui 15min de tempo inicial fixo, sendo sucedido de até 10min de tempo aleatório adicional (sem prorrogações). Após isso, nos próximos 5 min, os melhores lances (até 10% superiores ao menor lance), terão a oportunidade de ofertar um último valor/lance fechado;

13.4. Seguem, também, algumas observações importantes para o modo aberto e fechado:

13.5. Nesse modo de disputa, a previsão de intervalo mínimo de diferença entre os valores ou percentuais entre os lances é facultativa no edital.

13.6. Finalizada a etapa de lances, o sistema ordenará todos os melhores valores (por ordem de vantajosidade) para que apresentem seus últimos lances finais e fechados. Lembre-se que a proposta inicial também é considerada o primeiro lance (os melhores serão, então, o autor do menor lance + os demais que estiverem com valores até 10% acima daquele).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

14.10. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.

14.11. Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 70%.

14.12. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente a pedido do licitante, lance cujo valor seja manifestamente inexequível, permanecendo válido o último lance ofertado.

14.13. O sistema informará a melhor proposta imediatamente após o encerramento da etapa de lances, devendo os licitantes consultarem regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.

14.14. O sistema eletrônico somente permitirá a visualização da Proposta de Preços Eletrônica após o término da etapa de lances.

14.15. Na hipótese de desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

14.16. Quando ocorrer a desconexão do sistema Portal de Compras Públicas e está persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após **COMUNICADO** expresso aos participantes por meio do Portal de Compras Públicas, sendo o seu acompanhamento de inteira responsabilidade do licitante.

14.17. Encerrada a etapa de lances e/ou negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

14.18. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada, de preferência, seguindo o modelo constante no anexo II, em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de 02 (duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.

14.18.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

14.19. O não envio da proposta ajustada por meio da plataforma eletrônica com todos os requisitos elencados no modelo do anexo II, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta integral do participante, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

15. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

15.1. Serão **desclassificadas** as propostas que:

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

VI - Não apresentarem a composição de preço unitário para cada B que for ofertado, quando solicitado pelo pregoeiro, exceto quando em ocorrência do item 14.18 do Edital que é obrigatório, os envios têm por obrigatoriedade ocorrer exclusivamente pela plataforma do Portal de Compras Públicas. A ausência recairá na desclassificação da proposta apresentada.

VII - Que apresentar prazo de validade da proposta inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação.

VIII - Que não apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no §1º do Art. 63 da Lei nº 14.133/21.

15.1.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

15.1.2. É Facultativo o Pregoeiro realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no **subitem IV do item 15.1**.

15.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

15.3. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no Município, no território do Estado em que este se localize;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

15.4. As regras previstas no **item 15.2** não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

15.5. Definido o resultado do julgamento, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

15.5.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

15.5.2. A negociação será conduzida pelo pregoeiro, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

16. HABILITAÇÃO

16.1. Encerrada a fase de julgamento das propostas, o pregoeiro avaliará a necessidade de suspender a sessão para análise da documentação de habilitação. Caso não haja data de retorno estipulada pelo pregoeiro durante a sessão, será publicada em Imprensa Oficial e ou no Sistema do Portal de Compras Públicas, a futura data de reabertura da sessão para divulgação do resultado da fase de habilitação e prosseguimento do processo licitatório.

16.2. A apresentação dos documentos com o propósito de comprovar a habilitação será feita na forma do Capítulo VI da Lei nº 14.133/2021, e ainda, as exigências dispostas neste edital.

16.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta vencedora, o pregoeiro verificará o cumprimento das condições de participação, especialmente quanto à inexistência de sanções que impeçam a participação no certame ou a futura contratação, que será realizada mediante consulta nos seguintes cadastros:

16.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

16.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

16.6. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

16.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992 (Redação dada pela Lei nº 14.240 de outubro de 2021), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.8. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

16.9. Os documentos de habilitação que deverão ser apresentados, são os seguintes:

16.9.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

16.9.1.1 No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, estatuto, ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados da documentação de seus administradores.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

16.9.1.2. Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto) do representante legal da sociedade empresária licitante e/ou do procurador. O procurador deverá ainda apresentar o instrumento válido da procuração.

16.9.1.3. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

16.9.1.4. No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

16.9.1.5. No caso de pessoa física, se elas forem autorizadas a participar do certame, cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

16.9.1.6. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

16.9.1.7. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

16.9.1.8. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

16.9.1.9. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

16.9.1.10. Ata ou documento equivalente de compromisso de constituição do Consórcio.

16.9.1.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da última consolidação respectiva.

16.9.2. Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

16.9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, com emissão não superior a 90 (noventa) dias, juntamente com o seu QSA (Quadro de Sócios Administradores);

16.9.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, relativo a sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual e Ficha de Inscrição Cadastral – FIC;

16.9.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual – FIC, emitida pelo site (app.sefa.pa.gov.br/consulta-fic) ou do estado proveniente a licitante.

16.9.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, as certidões emitidas pela Secretaria de Estado da Fazenda, sendo as negativas de Natureza Tributária e a de Natureza Não Tributária emitidas no site da SEFA – Secretaria de Estado da Fazenda, emitidas pelo site (<https://app.sefa.pa.gov.br/emissao-certidao/template.action>).

16.9.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal – através da Certidão Negativa de Tributos Municipais, emitida pela Secretaria de Finanças do Município, da sede da empresa.

16.9.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND), demonstrando situação regular no cumprimento quanto à Dívida Ativa da União e dos encargos sociais instituídos por lei, conforme portaria da RFB/PGFN nº 1.751, de 02.10.2014, com vigência a partir de 03.11.2014, fornecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, vigente na data de abertura desta licitação, emitida pelo site (www.recelta.fazenda.gov.br).

16.9.2.7. Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pelo site da Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, emitido no site (www.caixa.gov.br).

16.9.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT emitido no site (<https://cndt-certidao.tst.jus.br/>), nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei nº.12.440, de 12 de abril de 2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022),



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

acompanhado das Certidão de Débitos Trabalhista que trata de Controle de Processos de Multas e Recursos Conforme artigo 103, § 2º da Portaria MTP nº 667/2021 expedida eletronicamente através do ministério do trabalho e previdência, bem como a Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas emitida no Poder Judiciário Federal sobre os Processos Judiciais Eletrônicos – Pje, bem como a Certidão de Ações Trabalhistas em autos físicos de jurisdição do Estado do Pará de 1º e 2º instancias do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e/ou da sede da licitante e a Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social

16.9.2.9. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esteja presente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

16.9.2.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais 5 (cinco), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a Licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.9.2.11. Para fazer uso dos benefícios da LC Nº 123/2006 alterada pela LC Nº 147/2014, as microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's), deverão apresentar toda a documentação listada na parte deste edital identificada como DA HABILITAÇÃO, mesmo que apresentem alguma restrição.

16.9.2.12. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

16.9.2.13. Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

16.9.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

16.9.3.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, As proponentes sediadas em outros Estados da Federação juntamente com a certidão negativa de falência deverão apresentar declaração passada pelo foro de sua sede indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falência e concordatas em seu município, em data não superior a 30 (trinta) dias da abertura do certame, se outro prazo não constar no(s) documento(s).

OBS: No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

II - Certidão Negativa de (Nada Consta) na Distribuição (Ações de Falências e Recuperações Judiciais) e (Cível), assim como a declaração de atribuição de execução, originária do site www.tjdft.jus.br, em nome da pessoa jurídica.

III - Certidão indicativa dos cartórios de protesto e letras da sede/jurisdição da licitante, com data dos últimos 30 (trinta) dias ou com prazo de validade expresso na mesma, juntamente com a(s) certidão(ões) negativa(s) de protesto da sede/jurisdição da licitante;

IV - Certidão Judicial Cível no âmbito Federal de competência da unidade jurisdicional da sede da Licitante, emitida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em nome da pessoa jurídica específica da Seção Judiciária do Estado do Pará e/ou estado sede da licitante.

V - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, e as demonstrações contábeis deverão ser apresentados por cópia do seu termo de abertura, documento comprobatório de registro na Junta Comercial e termo de encerramento, acompanhados do livro diário, bem como as notas explicativas em conformidade com o NBC TG nº 1000 do (CPC PME), e na Resolução CFC nº 1.255 de 10 de dezembro de 2009, e o art. 176 da Lei 6.404/1976, assim como no §4º do Art. 176 da Lei nº 6.404/76. Devera, também, ser



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

apresentada a certidão simplificada da Junta comercial do Estado da Licitante e certidão específica de arquivamento e de participação societária pessoa física e jurídica emitidas pela Junta Comercial, devendo acompanhar as documentações acima aludidas, comprovando estar o mesmo em vigor, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da abertura do presente certame, deverá vir acompanhado também pelas Certidões de Habilitação Profissional do Contador e Certidão Negativa de Débitos – CND será emitida em casos de inexistência de débitos do profissional ou da organização contábil. Em caso de parcelamentos, será emitida Certidão Positiva de Débitos com Efeito Negativo, de acordo com a Resolução CFC nº 1.637/2021.

16.9.3.2. Empresas regidas pela Lei 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

16.9.3.3. Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, SLU, Sociedades Simples:

- Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, extraídos do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o "Termo de Autenticação" da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante; ou
- Cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios – DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante.

16.9.3.4. Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

- Apresentar o Balanço Patrimonial na forma da lei.

16.9.3.5. Caso o licitante seja cooperativo, deverá comprovar o envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social dos 02 (dois) últimos exercícios sociais ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971. Tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

16.9.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis por fotocópia do balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes. Os documentos referentes ao Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

16.9.3.7. O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados por administrador da empresa e por contador legalmente habilitado.

16.9.3.8. Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto 6.022/2007, regulamentado através da IN 2003/2021 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped na seguinte forma:

a) Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, nos termos do Decreto 8.683/2016, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências.

b) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

c) Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

16.9.3.9. A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos Balanços Patrimoniais, relativos aos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um) nos 02 (dois) exercícios exigidos:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

$$\text{LC} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Circulante}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

16.9.3.10. Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa.

16.9.3.11 . Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

16.9.3.12. Para o atendimento do disposto no **subitem 16.9.3.6** é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

16.9.3.13. Deverá ser apresentada certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

16.9.3.14 . Se o documento exigido neste item não contiver indicação de data de validade, será considerada válida a certidão expedida em até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da licitação.

16.9.3.15 . Não será exigida essa certidão das pessoas jurídicas indicadas no art. 2º da Lei nº 11.101/2005.

16.9.3.16 . O licitante deverá apresentar relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

16.10. A documentação referida no item 16.9.3 poderá ser:

I - Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pelo Pregoeiro;

II - Substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - Dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

IV - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

16.11. Das declarações: devem ser juntadas aos documentos de habilitação, sob pena de inabilitação, são elas:

16.11.1. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

16.11.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

16.11.4. Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de gerência ou administração, conforme art. 1º, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

16.11.5. Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

16.11.6. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

16.11.7. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

16.11.8. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

16.11.9. Declaração de Fato Superveniente: declarar de que não pesa contra si a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

16.11.10. Declaração de Indicação de Representante Legal: declarar, indicar e disponibilizar os dados completos do representante legal da licitante que possui poderes para assinatura do contrato.

16.11.11. Declaração de Pleno Conhecimento: declaração que recebeu os documentos relativos ao Edital e anexos, que se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta.

16.11.12. Declaração de Ciência e Responsabilidade: declarar estar ciente das condições da licitação, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Prefeitura Municipal, bem como que tem ciência e executará de acordo com os prazos estabelecidos no presente Edital;

16.11.13. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas em anexos do edital, deverão ser confeccionadas pelo licitante.

16.11.14. Declaração e/ou certidão de nada consta emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, em nome da empresa licitante, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, mostrando um bom relacionamento com o estado do Pará.

16.11.10. Declaração de idoneidade fornecido pela CPL, devendo ser solicitado em até 3 (três) dias úteis antes da abertura da sessão da licitação, onde será diligenciado para buscar informações se empresa tem alguma sanção, inexecução ou qualquer ato que desabone a empresa licitante no SIMCAF (Sistema Municipal de Cadastro de Fornecedores), junto as Secretarias Municipais de Santarém Novo e na CPL de Santarém Novo, devendo ser solicitado exclusivamente através do e-mail pmsn.licita@gmail.com, caso seja solicitado em outro e-mail a solicitação será considerada como não protocolada e a CPL não será obrigada a fornecer a declaração de idoneidade da empresa.

16.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

16.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

16.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

16.13. Documentação Complementar, exigível nos termos da LC 123/2006:

16.13.1. Declaração de que é **ME, EPP ou MEI** e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

16.13.2. Declaração indicativa de que no ano-calendário fechado de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

16.13.3. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, que define o porte da empresa, cuja condição de ME/EPP será atestada por meio do balanço patrimonial exigido no **subitem 16.9.3.**

16.13.4. Quando optante pelo SIMPLES NACIONAL, a comprovação da condição de ME/EPP poderá ser mediante apresentação do Comprovante de opção pelo SIMPLES, obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal.

16.13.5. Em relação aos licitantes organizados na forma de cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar, conforme Anexo I - item 11.4 da INSTRUÇÃO NORMATIVA 01, DE 17 JANEIRO DE 2020:

a) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei 5.764 de 1971.

- b) Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
- c) Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.
- d) Registro previsto na Lei 5.764, de 1971, art. 107.
- e) Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.
- f) Comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971.

16.13.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- g) Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

16.14. Da qualificação técnica:

16.14.1. É necessária a apresentação de documentos que comprovem a habilitação técnica do licitante para executar o objeto contratual, no intuito de garantir contratações de empresas aptas e com capacidade técnico-operacional suficientes para atender de forma satisfatória o objeto desta licitação.

16.14.2. O licitante deverá apresentar declaração de que está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

16.14.3. Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, independentemente de quantitativos, com caracterização do bom desempenho da licitante. O(s) Atestado(s) deverá(ão):

- a) Conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o pregoeiro possa valer-se para manter contato com os declarantes;
- b) Referir -se ao objeto licitado no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, registrado na Junta Comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB; Se emitido (s) por pessoa jurídica de direito público deverá (ão) ser assinado (s) pelo responsável do setor competente do Órgão, devidamente identificado (nome, cargo, CPF ou matrícula);
- c) Ser emitido por empresa que não integre o mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
- d) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio, proprietário ou titular da empresa emitente e da empresa proponente.
- e) Alvará de funcionamento emitido pelo órgão competente da sede da licitante, com atividade econômica que permita a comercialização do objeto da licitação;

16.14.5. Caso o Pregoeiro (a) entenda necessário, a licitante, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual do contratante e local em que foram executados os produtos/serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

16.14.6. Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas à utilizada na definição das categorias indicadas neste Termo de Referência, desde que sejam suficientes à comprovação de capacidade de execução do objeto contratual de que trata este Termo de Referência.

16.15. Das disposições gerais sobre os documentos de habilitação:

16.15.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, em sendo possível, constar o número de inscrição no CNPJ e endereço respectivo, salientando que:

a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

c) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

16.15.2. Os documentos de **HABILITAÇÃO** apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 30 (trinta) dias contados a partir da data de sua emissão.

16.15.3. Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

16.15.4. Será permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante o uso de certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

16.15.5. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

16.15.6. Ao pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

16.15.7. A prova de autenticidade de cópia de documento ou o reconhecimento de firma somente serão exigidos quando houver dúvida sobre a veracidade do documento, admitida a autenticação realizada por servidor através da apresentação da original ou realizada por advogado por sua responsabilidade profissional.

16.15.8. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, restringe-se à juntada/encarte no sistema, após a abertura da sessão pública, de documento inexistente no momento da apresentação da proposta. Neste caso, o licitante não atende à condição exigida no Edital e por tal razão está inabilitado. Caso o documento esteja apenas ausente, isto é, existente no momento da apresentação da proposta, porém, por falha ou equívoco não tenha sido apresentado pelo licitante, deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

16.15.9. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público.

16.15.10. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

16.15.11. Os participantes deverão encaminhar os documentos constante nos subitens 16.9.2.4, 16.9.2.5, 16.9.2.6, 16.9.2.8 (exceto a Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social) e 16.9.3.1 inciso I, II, III e IV em nome da empresa licitante e também de seus sócios, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.15.12. Os demais licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante melhor classificado.

16.15.13. A apresentação de novas propostas, conforme descrito acima, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

16.15.14. Os licitantes que reduzirem os preços ao valor da proposta classificada, terão seus documentos de habilitação analisados de acordo com os itens desta seção, com a finalidade de estarem previamente habilitadas e figurarem na relação de empresas remanescentes em caso de eventual desistência ou impedimento/cancelamento do licitante vencedor.

16.15.15. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação exceto quaisquer AUSÊNCIAS DE QUAISQUER DOCUMENTOS que implicará na quebra da isonomia e lisura do certame.

16.15.16. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

16.15.16. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

16.15.17. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

16.15.18. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

17. RECURSOS

17.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, expondo os motivos de forma resumida em campo próprio do Sistema Eletrônico no prazo de 20 (vinte) minutos.

17.2. Após a manifestação no sistema, será concedido o **prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) Anulação ou revogação da licitação;
- e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

17.3. As petições de recurso (razões e contrarrazões) deverão ser encaminhadas exclusivamente (ANEXADAS E ENVIADAS) por meio do Sistema do Portal de Compras Públicas, respeitando o prazo.

17.4. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "**juízo das propostas**" e "**ato de habilitação ou inabilitação de licitante**" do inciso, serão observadas as seguintes disposições:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no **subitem 17.2** será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;
- b) A apreciação dar-se-á em fase única.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

17.6. O prazo para apresentação de **contrarrazões** será o mesmo das **razões do recurso** e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

17.7. Pedido de reconsideração, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

17.8. Na hipótese de haver recurso contra decisão em um determinado item ou lote, este não terá efeito suspensivo para os demais.

17.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o certame.

17.10. A decisão será disponibilizada por meio do Sistema do Portal de Compras Públicas, na área pública, junto ao Edital.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

18. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

18.2. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

19. CONTRATO

19.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado contrato com a Adjudicatária, com vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

19.2. A minuta integral do contrato é parte integrante deste Edital, constante no **Anexo III** deste instrumento convocatório.

19.3. A cada 06 (seis) meses será realizada avaliação pelo fiscal do contrato acerca da regularidade e qualidade no cumprimento das obrigações contratuais pelo contratado, como condição para continuidade contratual, o que poderá ensejar a rescisão e a realização de nova licitação para o objeto contratado.

19.4. As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações, serão aquelas previstas no Termo de **Referência** e minuta do contrato, anexos a este Edital.

20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas para atender a esta demanda estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da secretaria para o exercício de 2026.

Dotações Orçamentárias:

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal

Unidade: 0201 Gabinete do Prefeito

0202 Secretaria Municipal de Administração

0204 Secretaria Municipal de Finanças

0206 Secretaria Municipal de Cultura

Atividade Programática:

2.006 Manutenção do Gabinete do Prefeito;

2.012 Manutenção da Secretaria de Administração;

2.013 Manutenção da Secretaria de Finanças;

2.031 Manutenção da Secretaria de Cultura;

Órgão 01 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 0301 Fundo Municipal de Saúde

Atividade Programática:

2.043 Manutenção do PAB-FIXO;

2.057 Promoções das ações da Vigilância Sanitária;

2.068 Manut. Serviços Administ. da Secretaria Municipal de Saúde;

Órgão 01 Fundo Municipal de Educação

Unidade 0401 Fundo Municipal de Educação

Atividade Programática:

2.081 Manutenção do Programa Salário Educação – QSE

2.082 Manutenção de Outros Programas da Educação;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.089 Manut.da Secretaria Municipal de Educação;

Órgão 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 0501 Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade Programática:

2.092 Manutenção do Programa Criança Feliz

2.096 Manutenção do Programa CADÚNICO;

2.097 Manut.do Co-Financiamento Estadual;

2.098 Manutenção CRAS;

2.099 Manutenção do serv. De conv. E fort. De vínculo – SCFV;

2.103 Manutenção do Centro de Referência Especializada – CREAS;

2.111 Manutenção dos serviços Administrativos da SEMAS;

Órgão 01 Fundo Municipal de Desenv. Da Educação Básica -FUNDEB

Unidade 0601 Fundo Municipal de Educação

Atividade Programática:

2.117 Manut; das atividades de apoio 30% -Ensino Fundamental

2.121 Manut. das atividades de apoio 30% -Ensino Infantil

Órgão 01 Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Unidade 0701 Fundo Municipal de Educação

Atividade Programática:

2.125 Manut; da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Natureza da Despesa:

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Subelemento: 3.3.90.30.21 Material de Copa e Cozinha

Subelemento: 3.3.90.30.22 Material de Limpeza/Produtos de Higienização

21. INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

21.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

21.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

21.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

22. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário, o prazo de 05(cinco) dias, contados a partir da data de sua(s) convocação(ões), para assinar(em) a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair(em) do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

22.2. Alternativamente à(s) convocação(ões) para comparecer(em) perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

22.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

22.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor e dos licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos deste, observada a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

22.5. **O Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços será de 12(doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, conforme determina o art. 75, da lei 14.133/21, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

23. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

23.2 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

23.3 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

23.4 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do contratado farão parte integrante do contrato ou instrumento equivalente, independentemente de transcrição.

24.2. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de novo documento.

24.3. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; adjudicar o objeto e homologar a licitação, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

24.4. A autoridade competente ao pronunciar a nulidade, indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 24.4.1.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 24.4.2.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.
- 24.5.** As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta ao Órgão, que não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da licitação.
- 24.6.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 24.7.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para outro dia e hora e novamente publicados na Imprensa Oficial.
- 24.8.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.
- 24.9.** O aviso sobre este Edital, bem como eventuais retificações e publicações posteriores, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (FAMEP), Jornal de grande circulação, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como disponibilizado, no Portal de Aquisições do Portal de Compras Públicas, no link: www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 24.10.** A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.
- 24.11.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021.
- 24.12.** Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame, observado e informado no aviso e no Edital o horário local do órgão promotor da licitação (Município de Santarém Novo/PA) e o horário de Brasília.
- 24.13.** Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.
- 24.14.** São partes integrantes deste Edital:
- 24.15.** ANEXO I – Termo de Referência;
- 24.16.** ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- 24.17.** ANEXO III – Minuta de Contrato;
- 24.17.1.** ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 24.18.** ANEXO V – Modelo de Declarações.

Santarém Novo /PA, 09 de fevereiro de 2026.

THAYMO PIRES DO NASCIMENTO
Pregoeiro Municipal
Portaria Nº 66/2025

THIAGO REIS PIMENTEL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 2/2026 - SEMED
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9.2026-190101
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01901001/26



PREFEITURA DE
SANTARÉM NOVO
SEGUINDO EM FRENTE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL E SUAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM NOVO/PA

CNPJ: 05.149.182/0001-80

Endereço: End.: Rua Frei Daniel de Samarate, 128, Centro - Santarém Novo/PA

CEP: 68720-000

Cidade: Santarém Novo/PA

2. DA UNIDADE REQUISITANTE, OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O MUNICÍPIO DE SANTARÉM NOVO/PA, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.246/2022 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, a **AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEL, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO, E SUAS SECRETARIAS E FUNDOS**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados neste Termo de Referência.

2.2. A contratação do referido objeto será realizada observando critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, considerando o fornecimento do produto/serviço, de forma parcelada pela Unidade Requisitante.

2.3. A detalhamento do objeto está especificada conforme tabela referência, componente deste Termo, cujo quantitativo atende às necessidades da **PREFEITA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO/PA**.

3. JUSTIFICATIVA

A referida aquisição revela-se **imprescindível à manutenção da regularidade administrativa**, assegurando condições adequadas de funcionamento dos órgãos que integram a Administração Pública Municipal, em estrita observância aos princípios da **continuidade do serviço público, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público**, insculpidos no art. 5º da Lei nº 14.133/21.

Os materiais de copa e cozinha são essenciais ao suporte cotidiano das atividades administrativas, especialmente no atendimento a servidores, colaboradores e ao público em geral, contribuindo para um ambiente organizacional funcional e humanizado. De igual modo, os materiais de higiene, limpeza e descartáveis constituem insumos indispensáveis à preservação da **salubridade, segurança sanitária e higiene dos ambientes públicos**, condição basilar para a proteção da saúde coletiva e para o cumprimento das normas sanitárias vigentes.

Cumprir destacar que a Administração Pública tem o dever legal de **planejar suas contratações**, conforme disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/21, de modo a **garantir o adequado abastecimento**



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

dos órgãos municipais, prevenindo descontinuidade de serviços essenciais e evitando contratações emergenciais que possam comprometer a gestão responsável dos recursos públicos.

A aquisição ora justificada visa, ainda, **padronizar o fornecimento**, racionalizar o consumo e promover maior controle e eficiência na gestão de materiais, possibilitando melhor previsibilidade orçamentária e otimização dos gastos públicos, em consonância com os princípios da **legalidade, transparência e responsabilidade fiscal**.

Diante do exposto, resta plenamente caracterizada a **necessidade e a legitimidade da aquisição** de materiais de copa, cozinha, higiene, limpeza e descartáveis, como medida administrativa essencial para garantir o pleno funcionamento da estrutura administrativa municipal, assegurando condições adequadas de trabalho aos servidores e atendimento digno à população de Santarém Novo/PA, atendendo, assim, ao **interesse público primário**, nos termos e fundamentos da Lei Federal nº 14.133/2021.

JUSTIFICATIVAS SECRETARIAS E FUNDOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO: É imprescindível para a manutenção do regular funcionamento das atividades administrativas, assegurando condições adequadas de salubridade, organização, higiene e bem-estar aos servidores públicos, colaboradores e cidadãos que diariamente utilizam as dependências da Prefeitura Municipal. Tais insumos são essenciais para a preservação do ambiente de trabalho saudável, seguro e compatível com as normas sanitárias vigentes, refletindo diretamente na eficiência e continuidade dos serviços públicos prestados à população.

Nos termos da **Lei nº 14.133/21**, a Administração Pública deve planejar suas contratações de modo a garantir a **economicidade, eficiência, interesse público e continuidade do serviço público**, sendo que a ausência desses materiais comprometeria significativamente a execução das rotinas administrativas, além de afrontar os princípios da eficiência e da dignidade no ambiente institucional.

Ressalte-se, ainda, que os materiais pretendidos possuem **caráter contínuo e indispensável**, haja vista o consumo regular e cotidiano no âmbito da Prefeitura, não se tratando, portanto, de aquisição supérflua, mas sim de providência necessária ao adequado suporte logístico e operacional da máquina administrativa municipal.

Diante do exposto, resta plenamente justificada a **aquisição de fornecimento de materiais de copa, cozinha, higiene, limpeza e descartáveis**, por atender ao interesse público, garantir a continuidade dos serviços administrativos, promover condições adequadas de trabalho e assegurar o cumprimento das normas legais e sanitárias, em estrita observância à **Lei Federal nº 14.133/2021**, revelando-se medida oportuna, necessária e de elevado interesse público para o Município de Santarém Novo/PA.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: A aquisição mostra-se **imprescindível e estratégica** para a manutenção das atividades administrativas, operacionais e assistenciais desenvolvidas no âmbito das unidades de saúde vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde, garantindo condições adequadas de funcionamento, salubridade, organização e segurança sanitária dos ambientes. Tais materiais são essenciais para assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde, evitando a interrupção ou precarização do atendimento prestado à população.

Nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, em especial dos princípios do **planejamento, da eficiência, da economicidade, do interesse público e da continuidade do serviço público**, a contratação ora pretendida visa atender demandas rotineiras e permanentes, indispensáveis ao pleno desempenho das ações e serviços de saúde, sobretudo no que tange à higienização de ambientes, ao manejo adequado de resíduos, à segurança dos profissionais e usuários, bem como ao suporte logístico das atividades internas.

Ressalte-se que a ausência ou insuficiência desses insumos comprometeria diretamente a qualidade do atendimento, podendo acarretar riscos à saúde pública, além de infringir normas sanitárias vigentes. Assim, a aquisição pretendida revela-se **necessária, oportuna e proporcional**, estando alinhada ao planejamento institucional e às reais necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

Dessa forma, a contratação atende ao **interesse público primário**, assegura a **regularidade e a eficiência dos serviços de saúde**, e encontra pleno amparo legal na **Lei Federal nº 14.133/2021**, constituindo medida indispensável para o adequado funcionamento da Administração Pública Municipal na área da saúde.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

JUSTIFICATIVA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEIS

Em estrita observância aos ditames da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente aos princípios que regem a Administração Pública — legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, interesse público, continuidade do serviço público e dignidade da pessoa humana — justifica-se, de forma técnica e fundamentada, a necessidade de aquisição de materiais de copa, cozinha, higiene, limpeza e descartáveis, destinados a suprir as demandas básicas do **Fundo Municipal de Educação** e do **Fundo Municipal de Saúde** deste Município.

A referida contratação mostra-se imprescindível para assegurar o adequado funcionamento das unidades administrativas, educacionais e de saúde, garantindo condições mínimas de salubridade, organização, higiene e apoio operacional aos servidores, usuários e à população em geral. Tais insumos são essenciais para a manutenção diária dos ambientes institucionais, contribuindo diretamente para a preservação da saúde coletiva, para a prevenção de riscos sanitários e para a oferta de serviços públicos contínuos, seguros e eficientes.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Lei nº 14.133/21, a aquisição ora pretendida encontra respaldo no dever da Administração de planejar suas contratações de forma a atender necessidades permanentes e previsíveis, com vistas à obtenção de resultados eficientes e à adequada gestão dos recursos públicos. Os materiais em questão configuram itens de consumo recorrente, indispensáveis ao regular desempenho das atividades finalísticas e administrativas dos referidos Fundos, não sendo possível a interrupção de seu fornecimento sem prejuízos diretos à qualidade do serviço público prestado.

Ademais, a aquisição planejada e centralizada desses materiais possibilita melhor controle de estoque, padronização de insumos, racionalização de gastos e otimização dos recursos financeiros, atendendo ao princípio da economicidade e promovendo maior transparência e eficiência na gestão pública.

Dessa forma, resta plenamente justificada a necessidade da contratação para fornecimento de materiais de copa, cozinha, higiene, limpeza e descartáveis, como medida indispensável para garantir a continuidade, a qualidade e a regularidade das ações desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Educação e pelo Fundo Municipal de Saúde de Santarém Novo/PA, em consonância com o interesse público e com a legislação vigente.

FUNDEB:

JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEIS

Na qualidade de **Secretário Municipal de Educação do Município de Santarém Novo/PA**, e em estrita observância aos princípios e diretrizes estabelecidos pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, em especial os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, interesse público e continuidade do serviço público, justifica-se a **aquisição de materiais de copa, cozinha, higiene, limpeza e descartáveis**, destinados a suprir as necessidades básicas do **Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica**.

A presente contratação revela-se **imprescindível para o adequado funcionamento das unidades administrativas e escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação**, garantindo condições mínimas e adequadas de higiene, salubridade, organização e apoio logístico às atividades educacionais e administrativas. Tais insumos são essenciais para a manutenção de ambientes limpos, seguros e apropriados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, à preparação e distribuição de alimentação escolar, bem como ao atendimento diário de servidores, alunos e comunidade escolar.

Ressalte-se que a ausência ou insuficiência desses materiais comprometeria diretamente a **qualidade do serviço público educacional**, podendo gerar riscos à saúde pública, prejuízos à rotina escolar e à dignidade do ambiente de ensino, em afronta ao princípio da eficiência e à garantia da prestação contínua e adequada dos serviços públicos, conforme preconiza a legislação vigente.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A aquisição proposta está devidamente alinhada ao **planejamento anual da Secretaria Municipal de Educação**, com quantitativos estimados com base no consumo histórico, na demanda real das unidades educacionais e na necessidade de reposição periódica, observando-se, ainda, a racionalização dos gastos públicos e a busca pela melhor relação custo-benefício para a Administração.

Dessa forma, a contratação em tela se mostra **legal, necessária, oportuna e plenamente justificada**, constituindo medida indispensável para assegurar a regularidade das ações educacionais, a preservação da saúde coletiva e a eficiência da gestão dos recursos públicos destinados à educação básica no Município de Santarém Novo/PA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Em estrita observância aos princípios que regem a Administração Pública, bem como às disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, especialmente no que concerne aos princípios da **legalidade, eficiência, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público**, justifica-se a **aquisição de materiais de copa, cozinha, higiene, limpeza e descartáveis** nos seguintes termos:

A presente contratação revela-se **imprescindível e estratégica** para assegurar o pleno funcionamento das atividades administrativas, operacionais e socioassistenciais desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, as quais demandam condições adequadas de higiene, organização, salubridade e acolhimento, tanto para os servidores quanto para os usuários dos serviços, programas e projetos socioassistenciais.

Os materiais de copa e cozinha são essenciais para o suporte às rotinas internas, reuniões institucionais, capacitações, atendimentos prolongados e ações coletivas, enquanto os insumos de higiene e limpeza constituem elementos basilares para a **manutenção de ambientes seguros, salubres e compatíveis com as normas sanitárias vigentes**, prevenindo riscos à saúde pública e promovendo a dignidade no atendimento à população em situação de vulnerabilidade social. Os materiais descartáveis, por sua vez, contribuem significativamente para o controle sanitário, a racionalização de recursos e a mitigação de riscos de contaminação, especialmente em atividades de grande circulação de pessoas.

Dessa forma, a aquisição pretendida encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, notadamente por atender ao **planejamento das contratações públicas**, à **adequação do objeto às necessidades da Administração** e à **garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais**, configurando-se como medida necessária para a eficiência da gestão pública e para a efetivação das políticas públicas de assistência social no Município de Santarém Novo/PA.

Por fim, destaca-se que a contratação visa **assegurar condições mínimas e adequadas de trabalho**, preservar o patrimônio público, elevar a qualidade dos serviços prestados e, sobretudo, **resguardar a dignidade dos usuários atendidos**, reafirmando o compromisso desta Secretaria com a boa governança, a responsabilidade administrativa e o interesse coletivo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEIS

Na qualidade de Secretário Municipal de Meio Ambiente do Município de Santarém Novo/PA, e em estrita observância aos princípios que regem a Administração Pública, notadamente os previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 — legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, interesse público e continuidade do serviço público — justifica-se a necessidade de aquisição de materiais de copa, cozinha, higiene, limpeza e descartáveis destinados a suprir as demandas básicas desta Secretaria.

A referida contratação mostra-se imprescindível para assegurar condições adequadas de funcionamento administrativo, salubridade dos ambientes de trabalho e bem-estar dos servidores e usuários que frequentam as dependências da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Tais insumos são essenciais à manutenção da rotina institucional, contribuindo diretamente para a preservação da higiene, organização e segurança sanitária dos espaços físicos, o que reflete na melhoria da produtividade e na qualidade dos serviços públicos prestados à coletividade.

Ressalte-se que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente exerce atividades contínuas e estratégicas voltadas à proteção ambiental, fiscalização, educação ambiental e atendimento ao público, demandando, portanto, estrutura mínima e permanente de apoio material para o pleno desempenho de suas atribuições legais. A ausência ou insuficiência desses materiais comprometeria a regularidade dos serviços, em afronta ao princípio da eficiência administrativa.

Dessa forma, a aquisição pretendida encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que tange ao dever de planejamento e à adequada gestão de recursos públicos, visando garantir a continuidade das ações administrativas, a observância das normas de saúde e higiene e a consecução do interesse público, revelando-se medida necessária, razoável e plenamente justificada.

4. DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1 DEMANDA GERAL CONSOLIDADA.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO RS	VALOR TOTAL RS
1	PANO DE PRATO ALGODÃO BRANCO 70X44CM	1401,000	UNIDADE	8,090	11334,09
	<i>Especificação : Pano de prato, para limpeza de copa aberto 100% algodao, alvejado, com ou sem estampa, alta absorção.</i>				
2	CONJUNTO DE TALHERES CABO DE PLÁSTICOS COM 24 PEÇAS	78,000	UNIDADE	80,000	6240,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Conjunto de talheres com 24 peças (6 garfos,6 facas serrilhadas, 6 colheres de mesa e 6 colheres de sobremesa) com lâminas em inox e cabos em polipropileno.</i>				
3	PANELA DE PRESSÃO 10 LITROS	87,000	UNIDADE	242.510	21098.37
	<i>Especificação : Panela de pressão, material aço inoxidável, capacidade para 10L, cabo baquelite, sistema de segurança válvulas que funcionam e borracha de segurança, revestimento antiaderente.</i>				
4	PANELA DE PRESSÃO 7 LITROS	30,000	UNIDADE	148,000	4440.00
	<i>Especificação : Panela de pressão, material aço inoxidável, capacidade para 7L, cabo baquelite, sistema de segurança válvulas que funcionam e borracha de segurança, revestimento antiaderente.</i>				
5	BANDEJA PLASTICO RETANGULAR CAFÉ 34X23CM	123,000	UNIDADE	29.900	3677.70
	<i>Especificação : Bandeja, de plástico resistente, retangular medido aproximadamente 34x23 cm, cores variadas.</i>				
6	PANELA CAÇAROLA Nº 30	81,000	UNIDADE	150,000	12150.00
	<i>Especificação : Panela caçarola de material alumínio fundido, com tampa e alças laterais em alumínio, Nº 30, capacidade mínima para 9,7L.</i>				
7	PANELA CAÇAROLA Nº 40	87,000	UNIDADE	185.930	16175.91
	<i>Especificação : Panela caçarola de número 40 com tampa e alças em alumínio, capacidades mínima de 20L. dimensões: diâmetro 40cm e altura 19 cm.</i>				
8	FACA PARA CORTE 40 CM	108,000	UNIDADE	60.000	6480.00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Faca para corte de carne, lâmina larga em inox, lisa, 40cm de comprimento, cabo em polipropileno, espessura da lâmina 2,5mm</i>				
9	CANECÃO DE ALUMINIO Nº 20	27.000	UNIDADE	72.000	1944.00
	<i>Especificação : Canecão em alumínio, com altura de 20cm e de 20cm de diâmetro, com capacidade aproximada de 6,3L, com alça reforçada.</i>				
10	GARRAFA TERMICA 1 LITRO	114.000	UNIDADE	96.420	10991.88
	<i>Especificação : Garrafa térmica com capacidade de 1L, corpo de plástico e ampola de vidro, com tampa de fechamento em peça única. Com alça e cores variadas.</i>				
11	GARRAFA TERMICA CAPACIDADE 1.8 LITROS	66.000	UNIDADE	79.900	5273.40
	<i>Especificação : Garrafa térmica, capacidade para 1,8L, serve a jato, automática, com alça e tampa, ampola de vidro e corpo revestido em aço inox.</i>				
12	GARFO DESCARTAVEIS	318.000	PACOTE	8.000	2544.00
	<i>Especificação : Garfo descartável, material plástico para refeição, cor branco e/ou transparente. Pacote contendo 50 unidades.</i>				
13	COPO DESCARTAVEIS 200ML COM 25 PCT	579.000	CAIXA	123.030	71234.37
	<i>Especificação : Copo descartável transparente, bordas arredondadas, com capacidade para 200ml. Insentos de materiais estranhos como: rachaduras, furos e deformações. Acondicionados em sacos plásticos, lacrados, caixa contendo 2500 unidades(25 pacotes com 100 unid.).</i>				
14	PRATOS DESCARTAVEIS MÉDIO	657.000	PACOTE	3.780	2483.46
	<i>Especificação : Prato descartável, Nº21, na cor branca para refeições. Pacote contendo 10 unidades.</i>				
15	PRATO CUMBUCA DESCARTAVEL 21 CM	342.000	PACOTE	2.980	1019.16



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Prato fundo descartável, tipo cumbuca, fundo N°21, cor branca. Embalagem contendo 10 unidades.</i>				
16	PRATO CUMBUCA DESCARTAVEL N° 15	435.000	PACOTE	3.370	1465,95
	<i>Especificação : Prato fundo descartável, tipo cumbuca, fundo N°15, cor branca. Embalagem contendo 10 unidades.</i>				
17	PAPEL ALUMINIO	195.000	ROLO	8.490	1655,55
	<i>Especificação : Papel aluminio, material aluminio, de boa qualidade, comprimento de 7,5m, largura entre 30cm e 45cm, apresentação rolo, aplicação uso doméstico.</i>				
18	CALDERÃO DE EM ALUMINIO N° 30	93.000	UNIDADE	261.230	24294,39
	<i>Especificação : Caldeirão em aluminio polido com 26cm de altura, 30 cm de diâmetro, capacidade minima para 20L, com tampa e alça em aluminio.</i>				
19	FACA DE MESA	339.000	UNIDADE	11.010	3732,39
	<i>Especificação : Faca de mesa, confeccionada em aço inoxidável, lâmina com dentes serrilhados, não deformável, cabo em polipropileno, aproximadamente 20cm, cores variadas.</i>				
20	CONCHA DE ALUMINIO	117.000	UNIDADE	56.010	6553,17
	<i>Especificação : Concha feita em aço inox de fácil limpeza, comprimento de 55cm, largura 13cm, cor predominante prata.</i>				
21	CANECA DE CERÂMICA 400ML	75.000	UNIDADE	40.000	3000,00
	<i>Especificação : Caneca cilíndrica em cerâmica, com alça para segurar, capacidade minima 400ml, resistente a forno de micro-ondas.</i>				
22	JARRA COM TAMPA 05 LITROS	267.000	UNIDADE	31.000	8277,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Jarra de plástico e/ou polipropileno para suco, com alça, de material resistente, com tampa e com capacidade mínima de 05L.</i>				
23	COLHER DESCARTÁVEL	1344.000	PACOTE	5.770	7754.88
	<i>Especificação : Colher descartável, material plástico, cor branca e/ou transparente para refeição. Pacote contendo 50 Unidades.</i>				
24	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO N40	90.000	UNIDADE	353.360	31802.40
	<i>Especificação : Caldeirão em alumínio com 36 cm de altura, com 40cm de diâmetro, com capacidade para 45L, com tampa e alças reforçadas</i>				
25	CAFETEIRA ELETRICA 2 LT	54.000	UNIDADE	619.800	33469.20
	<i>Especificação : Cafeteira elétrica inox, com capacidade para 30 xícaras, reservatório e água com graduação, sistema corta pingo, reservatório de no mínimo 1,5L, filtro e porta filtro removíveis.</i>				
26	BANDEJA DE INOX MEDIA	81.000	UNIDADE	124.230	10062.63
	<i>Especificação : Bandeja inox, formato retangular, medindo aproximadamente 48x32 cm, aplicação residencial, finalidade servir líquidos e alimentos</i>				
27	TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO	33.000	UNIDADE	38.330	1264,89
	<i>Especificação : TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO</i>				
28	TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 2 LITROS	30.000	UNIDADE	43.000	1290,00
	<i>Especificação : TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO</i>				
29	ESCORREDOR DE ALUMINIO	96.000	UNIDADE	168.000	16128,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Escorredor fixo em alumínio, com porta talheres, capacidade mínima para 28 peças, mínimo 16 pratos</i>				
30	CAIXA TERMICA 34 LTS	42,000	UNIDADE	220,000	9240,00
	<i>Especificação : Parte interna e externa em polipropileno injetado, tampa em polietileno e isolamento térmico em poliestireno expandido Desenvolvida com material 100% virgem, tóxico e sem odor</i>				
31	CAIXA TERMICA 26 LTS	57,000	UNIDADE	97,500	5557,50
	<i>Especificação : Parte interna e externa em polipropileno injetado, tampa em polietileno e isolamento térmico em poliestireno expandido Desenvolvida com material 100% virgem, atóxico e sem odor.</i>				
32	MARMITEX N8 CX C/100 UNIDADES FECHADO A MAQUINA	306,000	UNIDADE	55,020	16836,12
	<i>Especificação : CAIXA TERMICA 26LTS</i>				
33	CONJUNTO FORMA BANHO MARIA COM TAMPA	15,000	UNIDADE	51,960	779,40
	<i>Especificação : Conjunto de forma Banho Maria, tipo forma para pudim no fogão, medindo aproximadamente 20 cm, com tampa</i>				
34	ÁGUA SANITÁRIA - CAIXA C/ 12 UNIDADES	1443,000	CAIXA	54,290	78340,47
	<i>Especificação : O Produto deve ser indicado para lavagem de roupas brancas, remoção de manchas, limpeza geral e desinfecção de ralos e vasos sanitários. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Composição Hipoclorito de sódio e água desmineralizada, Teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5%, Densidade aprox.: 1,08 g/ml, Aspecto Físico Líquido, Cor Incolor, caixa contendo 12 unidades de 1 litro cada.</i>				
35	ÁLCOOL EM GEL 70% - FRASCO C/ 500ML	3057,000	UNIDADE	16,150	49370,55



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : ÁLCOOL EM GEL 70% - FRASCO C:500ML.</i>				
36	ÁLCOOL LIQUIDO 70% 1L	1431.000	UNIDADE	13.900	19890.90
	<i>Especificação : ÁLCOOL LIQUIDO 70% 1L.</i>				
37	DESIFETANTE 2L	9333.000	UNIDADE	8.390	78303.87
	<i>Especificação : DESINFETANTE 2L.</i>				
38	DESINFETANTE DE USO GERAL - BOMBONA 5L	1035.000	UNIDADE	50.930	52712.55
	<i>Especificação : DESINFETANTE DE USO GERAL - BOMBONA 5L.</i>				
39	DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 400ML - CX C/ 12 UNIDADES	210.000	UNIDADE	142.000	29820.00
	<i>Especificação : DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 400ML - CX C/ 12 UNIDADES.</i>				
40	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - CX C/24 UNIDADES	756.000	CAIXA	59.000	44604.00
	<i>Especificação : DETERGENTE LIQUIDO 500ML - CX C/24 UNIDADES.</i>				
41	DESODORIZADOR SANITÁRIO - CX COM 36 UNIDADES	3780.000	CAIXA	127.230	480929.40
	<i>Especificação : DESODORIZADOR SANITÁRIO - CX COM 36 UNIDADES.</i>				
42	DETERGENTE P/ LIMPEZA PESADA DE PISO - FRASCO C/ 5L	837.000	UNIDADE	64.300	53819.10
	<i>Especificação : DETERGENTE P/ LIMPEZA PESADA DE PISO - FRASCO C:5L</i>				
43	ESCOVÃO DE PIAÇAVA - COM CABO DE MADEIRA	1035.000	UNIDADE	22.690	23484.15
	<i>Especificação : ESCOVÃO DE PIAÇAVA - COM CABO DE MADEIRA</i>				
44	FLANELA 38CM X 58CM - AMARELA	1074.000	UNIDADE	4.210	4521,54
	<i>Especificação : FLANELA 38CM X 58CM - AMARELA</i>				
45	INSETICIDA SPRAY 300ML - CX C/12 UNIDADES	192.000	CAIXA	175.010	33601,92
	<i>Especificação : INSETICIDA SPRAY 300ML - CX C:12 UNIDADES</i>				



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

46	LUSTRA MÓVEIS MADEIRA - 500ML	81.000	UNIDADE	10.300	834.30
	<i>Especificação : LUSTRA MÓVEIS - MADEIRA - 500ML</i>				
47	PÁ PLÁSTICO P/ LIXO - COM CABO	1239.000	UNIDADE	21.800	27010.20
	<i>Especificação : PÁ PLÁSTICA P/LIXO - COM CABO</i>				
48	PANO MULTIUSO C/ AGENTE ANTIBACTÉRIA - EMBALAGEM C/5 UNIDADES	528.000	EMBALAGEM	8.470	4472.16
	<i>Especificação : Material Celulose Virgem, Largura 10 Cm, Cor Branca, Características Adicionais Picotado, Folha Dupla, Fardo contendo 16 pacotes de 4 rolos.</i>				
49	PAPEL HIGIÊNICO - NEUTRO - FARDO C/ 16 PCTS DE 4 ROLOS	660.000	FARDO	116.370	76804.20
	<i>Especificação : Material Celulose Virgem, Largura 10Cm, Cor Branca, Características Adicionais Picotado, Folha Dupla, Fardo contendo 16 pacotes de 4 rolos.</i>				
50	PAPEL HIGIÊNICO - PERFUMADO - FARDO DE 16 PCTS C/ 4 ROLOS	1281.000	FARDO	107.580	137809.98
	<i>Especificação : PAPEL HIGIÊNICO - PERFUMADO - FARDO DE 16 PCTS C/ 4 ROLOS.</i>				
51	PAPEL TOALHA - PCT COM 2 ROLOS	5226.000	PACOTE	7.390	38620.14
	<i>Especificação : PAPEL TOALHA - PCT COM 2 ROLOS</i>				
52	SABÃO EM BARRA 1KG CX C/10 UNIDADES	375.000	CAIXA	82.160	30810.00
	<i>Especificação : Multiuso Para Limpeza Em Geral, Biodegradável, Barra De 1kg. Embalagem Com Nome Do Fabricante, contendo 10 Unidade Caixa, Data De Fabricação E Prazo De Validade, Registro No Ministério Da Saúde.</i>				
53	SABONETE ANTISSÉPTICO (À BASE DE TRICLOSAN) - BOMBONA 5L	66.000	UNIDADE	41.650	2748.90



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : SABONETE ANTISSEPTICO(A BASE DE TRICLOSAN) - BOMBONA 5L</i>				
54	SABONETE EM BARRA - 90G	555.000	UNIDADE	3.010	1670.55
	<i>Especificação : SABONETE EM BARRA - 90G</i>				
55	TOUCA HIGIÊNICA DESCARTÁVEL - PCT C/100 UNIDADES	324.000	PACOTE	20.210	6548,04
	<i>Especificação : TOUCA HIGIÊNICA DESCARTÁVEL - PCT C: 100 UNIDADES</i>				
56	VASSOURA DE PIAÇAVA Nº5 - CABO DE MADEIRA	1713.000	UNIDADE	24.470	41917.11
	<i>Especificação : Vassoura, Material Cerdas Piaçava, Material Cabo Madeira, Material Cepa Madeira, Comprimento Cepa 60 Cm, Tipo Institucional, Tipo Cabo Comprido, Largura Cepa 7,5 Cm, Altura cepa 05 Cm, Aplicação Limpeza Em Geral Cepa 7,5 Cm, Altura Cepa 05 Cm, Aplicação Limpeza Em Geral</i>				
57	SACO PARA LIXO - 50L - PCT C/10 UNIDADES	28128.000	PACOTE	8.350	234868,80
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 50L - PCT C:10 UNIDADES.</i>				
58	SACO PARA LIXO - PCT C/10 UNIDADES	9378.000	PACOTE	7.520	70522.56
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 30L - PCT C: 10 UNIDADES.</i>				
59	SACO PARA LIXO - 200 - PCT C/5 UNIDADES	15000.000	PACOTE	14.990	224850.00
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 200 - PCT C:5 UNIDADES.</i>				
60	SACO PARA LIXO - 15L - PCT C/10 UNIDADES	9378.000	PACOTE	7.800	73148.40
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 15L - PCT C:10 UNIDADES.</i>				
61	SACO PARA LIXO - 100L - PCT C/5 UNIDADES	33750.000	PACOTE	8.630	291262.50
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 100L - PCT C:5 UNIDADES.</i>				
62	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 15L	165.000	UNIDADE	57.280	9451,20



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 15L</i>				
63	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 50L	96.000	UNIDADE	181.670	17440.32
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/LIXO C/ PEDAL - 50L</i>				
64	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO FECHADO C/ TAMPA - 30L	93.000	UNIDADE	41.750	3882,75
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/LIXO FECHADO C/TAMPA - 30L</i>				
65	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ TAMPA - 100L	297.000	UNIDADE	90.350	26833.95
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P-LIXO FECHADO C-TAMPA 100L</i>				
66	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO S/ TAMPA - 9,6L	48.000	UNIDADE	15.590	748.32
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/LIXO TELADO S.TAMPA - 9,6L</i>				
67	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO C/ TAMPA - 50L	159.000	UNIDADE	73.500	11686.50
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO C/ TAMPA - 50L.</i>				
68	LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA TAMANHO G	978.000	PAR	8.000	7824.00
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA-TAMANHO G</i>				
69	LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA - TAMANHO M	978.000	PAR	8.000	7824,00
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA - TAMANHO M</i>				
70	LUVA EM LÁTEX MANGA LONGA - TAMANHO G	489.000	PAR	11.090	5423.01
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA LONGA - TAMANHO G</i>				
71	ESFREGÃO MOP DE ALGODÃO COM CABO	159.000	UNIDADE	100.000	15900.00
	<i>Especificação : ESFREGÃO MOP DE ALGODÃO COM CABO</i>				
72	BALDE C/ ESCORREDOR 9L	630.000	UNIDADE	25.000	15750.00
	<i>Especificação : BALDE C-ESCORREDOR 9L</i>				
73	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRAGEM BACTERIANA - CX C/ 50 UNIDADES	537.000	CAIXA	11.990	6438.63



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRAGEM BACTERIANA - CX C/ 50 UNIDADES</i>				
74	KIT MERENDA ESCOLAR COM 4 PEÇAS	500,000	UNIDADE	27,900	13950,00
	<i>Especificação : Kit com 4 peças, contendo prato escolar de 600 ml, colher escolar de 7 ml, caneca escolar de 300ml e cumbuca escolar de 350ml, desenvolvidas em pp (polipropileno).</i>				
				Total :	2716698,78

4.2 DEMANDAS DAS SECRETARIAS:

4.3- Secretaria Municipal de Administração:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	PANO DE PRATO ALGODÃO BRANCO 70X44CM	235.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Pano de prato, para limpeza de copa aberto 100% algodao, alvejado, com ou sem estampa, alta absorção.</i>		
2	CONJUNTO DE TALHERES CABO DE PLÁSTICOS COM 24 PEÇAS	14.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Conjunto de talheres com 24 peças (6 garfos, 6 facas serrilhadas, 6 colheres de mesa e 6 colheres de sobremesa) com lâminas em inox e cabos em polipropileno.</i>		
3	PANELA DE PRESSÃO 10 LITROS	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela de pressão, material aço inoxidável, capacidade para 10L, cabo baquelite, sistema de segurança válvulas que funcionam e borracha de segurança, revestimento antiaderente.</i>		
4	PANELA DE PRESSÃO 7 LITROS	5.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela de pressão, material aço inoxidável, capacidade para 7L, cabo baquelite, sistema de segurança válvulas que funcionam e borracha de segurança, revestimento antiaderente.</i>		
5	BANDEJA PLÁSTICO RETANGULAR CAFÉ 34X23CM	21.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Bandeja, de plástico resistente, retangular medido aproximadamente 34x23 cm, cores variadas.</i>		
6	PANELA CAÇAROLA Nº 30	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela caçarola de material alumínio fundido, com tampa e alças laterais em alumínio. Nº 30, capacidade mínima para 9,7L.</i>		
7	PANELA CAÇAROLA Nº 40	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela caçarola de número 40 com tampa e alças em alumínio, capacidades mínima de 20L. dimensões: diâmetro 40cm e altura 19 cm.</i>		
8	FACA PARA CORTE 40 CM	18.000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Faca para corte de carne, lâmina larga em inox, lisa, 40cm de comprimento, cabo em polipropileno. espessura da lâmina 2.5mm</i>		
9	CANECÃO DE ALUMÍNIO Nº 20	6,000	UNIDADE
	<i>Especificação : Canecão em alumínio, com altura de 20cm e de 20cm de diâmetro, com capacidade aproximada de 6.3L, com alça reforçada.</i>		
10	GARRAFA TERMICA 1 LITRO	19,000	UNIDADE
	<i>Especificação : Garrafa térmica com capacidade de 1L, corpo de plástico e ampola de vidro, com tampa de fechamento em peça única. Com alça e cores variadas.</i>		
11	GARRAFA TERMICA CAPACIDADE 1,8 LITROS	11,000	UNIDADE
	<i>Especificação : Garrafa térmica, capacidade para 1,8L, serve a jato, automática, com alça e tampa, ampola de vidro e corpo revestido em aço inox.</i>		
12	GARFO DESCARTAVEIS	54,000	PACOTE
	<i>Especificação : Garfo descartável, material plástico para refeição. cor branco e/ou transparente. Pacote contendo 50 unidades.</i>		
13	COPO DESCARTAVEIS 200ML COM 25 PCT	98,000	CAIXA
	<i>Especificação : Copo descartável transparente. bordas arredondadas, com capacidade para 200ml. Insentos de materiais estranhos como: rachaduras, furos e deformações. Acondicionados em sacos plásticos, lacrados. caixa contendo 2500 unidades(25 pacotes com 100 unid.).</i>		
14	PRATOS DESCARTAVEIS MÉDIO	110,000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato descartável, Nº21, na cor branca para refeições. Pacote contendo 10 unidades.</i>		
15	PRATO CUMBUCA DESCARTAVEL 21 CM	58,000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato fundo descartável, tipo cumbuca, fundo Nº21, cor branca. Embalagem contendo 10 unidades.</i>		
16	PRATO CUMBUCA DESCARTAVEL Nº 15	73,000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato fundo descartável, tipo cumbuca, fundo Nº15, cor branca. Embalagem contendo 10 unidades.</i>		
17	PAPEL ALUMÍNIO	34,000	ROLO
	<i>Especificação : Papel alumínio, material alumínio, de boa qualidade, comprimento de 7,5m, largura entre 30cm e 45cm, apresentação rolo, aplicação uso doméstico.</i>		
18	CALDEIRÃO DE EM ALUMÍNIO Nº 30	16,000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caldeirão em alumínio polido com 26cm de altura, 30 cm de diâmetro, capacidade mínima para 20L, com tampa e alça em alumínio.</i>		
19	FACA DE MESA	57,000	UNIDADE
	<i>Especificação : Faca de mesa, confeccionada em aço inoxidável, lâmina com dentes serrilhados, não deformável, cabo em polipropileno, aproximadamente 20cm, cores variadas.</i>		
20	CONCHA DE ALUMÍNIO	21,000	UNIDADE
	<i>Especificação : Concha feita em aço inox de fácil limpeza, comprimento de 55cm, largura 13cm, cor predominante prata.</i>		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

21	CANECA DE CERÂMICA 400ML	13.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caneca cilíndrica em cerâmica. com alça para segurar. capacidade mínima 400ml, resistente a forno de micro-ondas.</i>		
22	JARRA COM TAMPA 05 LITROS	45.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Jarra de plástico e/ou polipropileno para suco, com alça, de material resistente, com tampa e com capacidade mínima de 05L.</i>		
23	COLHER DESCARTÁVEL	224.000	PACOTE
	<i>Especificação : Colher descartável, material plástico. cor branca e/ou transparente para refeição. Pacote contendo 50 Unidades.</i>		
24	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO N40	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caldeirão em alumínio com 36 cm de altura, com 40cm de diâmetro, com capacidade para 45L. com tampa e alças reforçadas</i>		
25	CAFETEIRA ELETRICA 2 LT	9.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Cafeteira elétrica inox, com capacidade para 30 xícaras, reservatório e água com graduação. sistema corta pingo, reservatório de no mínimo 1,5L, filtro e porta filtro removíveis.</i>		
26	BANDEJA DE INOX MEDIA	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Bandeja inox, formato retangular, medindo aproximadamente 48x32 cm, aplicação residencial, finalidade servir líquidos e alimentos</i>		
27	TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO	7.000	UNIDADE
	<i>Especificação : TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO</i>		
28	TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 2 LITROS	6.000	UNIDADE
	<i>Especificação : TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO</i>		
29	ESCORREDOR DE ALUMÍNIO	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Escorredor fixo em alumínio, com porta talheres. capacidade mínima para 28 peças, mínimo 16 pratos</i>		
30	CAIXA TERMICA 34 LTS	8.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Parte interna e externa em polipropileno injetado, tampa em polietileno e isolamento térmico em poliestireno expandido Desenvolvida com material 100% virgem, tóxico e sem odor</i>		
31	CAIXA TERMICA 26 LTS	11.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Parte interna e externa em polipropileno injetado, tampa em polietileno e isolamento térmico em poliestireno expandido Desenvolvida com material 100% virgem, atóxico e sem odor.</i>		
32	MARMITEX N8 CX C/100 UNIDADES FECHADO A MAQUINA	51.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CAIXA TERMICA 26LTS</i>		
33	CONJUNTO FORMA BANHO MARIA COM TAMPA	3.000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Conjunto de forma Banho Maria. tipo forma para pudim no fogão, medindo aproximadamente 20 cm. com tampa</i>		
34	ÁGUA SANITÁRIA - CAIXA C/ 12 UNIDADES	242.000	CAIXA
	<i>Especificação : O Produto deve ser indicado para lavagem de roupas brancas, remoção de manchas, limpeza geral e desinfecção de ralos e vasos sanitários. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Composição Hipoclorito de sódio e água desmineralizada, Teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5%, Densidade aprox.: 1,08 g/ml, Aspecto Físico Líquido, Cor Incolor, caixa contendo 12 unidades de 1 litro cada.</i>		
35	ÁLCOOL EM GEL 70% - FRASCO C/ 500ML	510.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ÁLCOOL EM GEL 70% - FRASCO C/ 500ML.</i>		
36	ÁLCOOL LÍQUIDO 70% 1L	239.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ÁLCOOL LÍQUIDO 70% 1L.</i>		
37	DESINFETANTE 2L	1557.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DESINFETANTE 2L.</i>		
38	DESINFETANTE DE USO GERAL - BOMBONA 5L	174.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DESINFETANTE DE USO GERAL - BOMBONA 5L.</i>		
39	DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 400ML - CX C/ 12 UNIDADES	36.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 400ML - CX C/ 12 UNIDADES.</i>		
40	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - CX C/24 UNIDADES	127.000	CAIXA
	<i>Especificação : DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - CX C/24 UNIDADES.</i>		
41	DESODORIZADOR SANITÁRIO - CX COM 36 UNIDADES	631.000	CAIXA
	<i>Especificação : DESODORIZADOR SANITÁRIO - CX COM 36 UNIDADES.</i>		
42	DETERGENTE P/ LIMPEZA PESADA DE PISO - FRASCO C/ 5L	140.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DETERGENTE P/ LIMPEZA PESADA DE PISO - FRASCO C/5L</i>		
43	ESCOVÃO DE PIAÇAVA - COM CABO DE MADEIRA	174.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ESCOVÃO DE PIAÇAVA - COM CABO DE MADEIRA</i>		
44	FLANELA 38CM X 58CM - AMARELA	180.000	UNIDADE
	<i>Especificação : FLANELA 38CM X 58CM - AMARELA</i>		
45	INSETICIDA SPRAY 300ML - CX C/12 UNIDADES	33.000	CAIXA
	<i>Especificação : INSETICIDA SPRAY 300ML - CX C/12 UNIDADES</i>		
46	LUSTRA MÓVEIS MADEIRA - 500ML	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : LUSTRA MÓVEIS - MADEIRA - 500ML</i>		
47	PÁ PLÁSTICO P/ LIXO - COM CABO	208.000	UNIDADE
	<i>Especificação : PÁ PLÁSTICA P/ LIXO - COM CABO</i>		
48	PANO MULTIUSO C/ AGENTE ANTIBACTÉRIA - EMBALAGEM C/5 UNIDADES	89.000	EMBALAGEM



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Material Celulose Virgem, Largura 10 Cm, Cor Branca, Características Adicionais Picotado, Folha Dupla, Fardo contendo 16 pacotes de 4 rolos.</i>		
49	PAPEL HIGIÊNICO - NEUTRO - FARDOS C/ 16 PCTS DE 4 ROLOS	111.000	FARDO
	<i>Especificação : Material Celulose Virgem, Largura 10Cm, Cor Branca, Características Adicionais Picotado, Folha Dupla, Fardo contendo 16 pacotes de 4 rolos.</i>		
50	PAPEL HIGIÊNICO - PERFUMADO - FARDOS DE 16 PCTS C/ 4 ROLOS	214.000	FARDO
	<i>Especificação : PAPEL HIGIÊNICO - PERFUMADO - FARDOS DE 16 PCTS C/ 4 ROLOS.</i>		
51	PAPEL TOALHA - PCT COM 2 ROLOS	872.000	PACOTE
	<i>Especificação : PAPEL TOALHA - PCT COM 2 ROLOS</i>		
52	SABÃO EM BARRA 1KG CX C/10 UNIDADES	63.000	CAIXA
	<i>Especificação : Multiuso Para Limpeza Em Geral, Biodegradável, Barra De 1kg, Embalagem Com Nome Do Fabricante, contendo 10 Unidade Caixa, Data De Fabricação E Prazo De Validade, Registro No Ministério Da Saúde.</i>		
53	SABONETE ANTISSEPTICO (À BASE DE TRICLOSAN) - BOMBONA 5L	12.000	UNIDADE
	<i>Especificação : SABONETE ANTISSEPTICO(A BASE DE TRICLOSAN) - BOMBONA 5L</i>		
54	SABONETE EM BARRA - 90G	94.000	UNIDADE
	<i>Especificação : SABONETE EM BARRA - 90G</i>		
55	TOUCA HIGIÊNICA DESCARTÁVEL - PCT C/100 UNIDADES	54.000	PACOTE
	<i>Especificação : TOUCA HIGIÊNICA DESCARTÁVEL - PCT C/ 100 UNIDADES</i>		
56	VASSOURA DE PIAÇAVA Nº5 - CABO DE MADEIRA	287.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Vassoura, Material Cerdas Piaçava, Material Cabo Madeira, Material Cepa Madeira, Comprimento Cepa 60 Cm, Tipo Institucional, Tipo Cabo Comprido, Largura Cepa 7,5 Cm, Altura cepa 05 Cm, Aplicação Limpeza Em Geral Cepa 7,5 Cm, Altura Cepa 05 Cm, Aplicação Limpeza Em Geral</i>		
57	SACO PARA LIXO - 50L - PCT C/10 UNIDADES	4689.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 50L - PCT C/10 UNIDADES.</i>		
58	SACO PARA LIXO - PCT C/10 UNIDADES	1564.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 30L - PCT C/ 10 UNIDADES.</i>		
59	SACO PARA LIXO - 200 - PCT C/5 UNIDADES	2500.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 200 - PCT C/5 UNIDADES.</i>		
60	SACO PARA LIXO - 15L - PCT C/10 UNIDADES	1564.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 15L - PCT C/10 UNIDADES.</i>		
61	SACO PARA LIXO - 100L - PCT C/5 UNIDADES	5625.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 100L - PCT C/5 UNIDADES.</i>		
62	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 15L	29.000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 15L</i>		
63	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 50L	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/LIXO C/ PEDAL - 50L</i>		
64	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO FECHADO C/ TAMPA - 30L	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/LIXO FECHADO C/TAMPA - 30L</i>		
65	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ TAMPA - 100L	50.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/LIXO FECHADO C/TAMPA 100L</i>		
66	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO S/ TAMPA - 9,6L	9.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/LIXO TELADO S/TAMPA - 9,6L</i>		
67	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO C/ TAMPA - 30L	27.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO C/ TAMPA - 30L</i>		
68	LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA TAMANHO G	164.000	PAR
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA-TAMANHO G</i>		
69	LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA - TAMANHO M	163.000	PAR
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA - TAMANHO M</i>		
70	LUVA EM LÁTEX MANGA LONGA - TAMANHO G	82.000	PAR
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA LONGA - TAMANHO G</i>		
71	ESFREGÃO MOP DE ALGODÃO COM CABO	27.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ESFREGÃO MOP DE ALGODÃO COM CABO</i>		
72	BALDE C/ ESCORREDOR 9L	105.000	UNIDADE
	<i>Especificação : BALDE C/ ESCORREDOR 9L</i>		
73	MASCARA DESCARTAVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRAGEM BACTERIANA - CX C/ 50 UNIDADES	91.000	CAIXA
	<i>Especificação : MASCARA DESCARTAVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRAGEM BACTERIANA - CX C/ 50 UNIDADES</i>		

4.3- Fundo municipal de Saúde;

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	PANO DE PRATO ALGODÃO BRANCO 70X44CM	235.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Pano de prato, para limpeza de copa aberto 100% algodão, alvejado, com ou sem estampa, alta absorção.</i>		
2	CONJUNTO DE TALHERES CABO DE PLÁSTICOS COM 24 PEÇAS	14.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Conjunto de talheres com 24 peças (6 garfos, 6 facas serrilhadas, 6 colheres de mesa e 6 colheres de sobremesa) com lâminas em inox e cabos em polipropileno.</i>		
3	PANELA DE PRESSÃO 10 LITROS	15.000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Panela de pressão, material aço inoxidável, capacidade para 10L, cabo baquelite, sistema de segurança válvulas que funcionam e borracha de segurança. revestimento antiaderente.</i>		
4	PANELA DE PRESSÃO 7 LITROS	5.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela de pressão, material aço inoxidável, capacidade para 7L, cabo baquelite, sistema de segurança válvulas que funcionam e borracha de segurança. revestimento antiaderente.</i>		
5	BANDEJA PLÁSTICO RETANGULAR CAFÉ 34X23CM	21.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Bandeja, de plástico resistente, retangular medido aproximadamente 34x23 cm, cores variadas.</i>		
6	PANELA CAÇAROLA Nº 30	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela caçarola de material alumínio fundido, com tampa e alças laterais em alumínio, Nº 30, capacidade mínima para 9,7L.</i>		
7	PANELA CAÇAROLA Nº 40	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela caçarola de número 40 com tampa e alças em alumínio, capacidades mínima de 20L, dimensões: diâmetro 40cm e altura 19 cm.</i>		
8	FACA PARA CORTE 40 CM	18.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Faca para corte de carne, lâmina larga em inox, lisa, 40cm de comprimento, cabo em polipropileno, espessura da lâmina 2,5mm</i>		
9	CANECÃO DE ALUMÍNIO Nº 20	6.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Canecão em alumínio, com altura de 20cm e de 20cm de diâmetro, com capacidade aproximada de 6,3L, com alça reforçada.</i>		
10	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO	19.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Garrafa térmica com capacidade de 1L, corpo de plástico e ampola de vidro, com tampa de fechamento em peça única. Com alça e cores variadas.</i>		
11	GARRAFA TÉRMICA CAPACIDADE 1,8 LITROS	11.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Garrafa térmica, capacidade para 1,8L, serve a jato, automática, com alça e tampa, ampola de vidro e corpo revestido em aço inox.</i>		
12	GARFO DESCARTÁVEIS	54.000	PACOTE
	<i>Especificação : Garfo descartável, material plástico para refeição, cor branco e/ou transparente. Pacote contendo 50 unidades.</i>		
13	COPO DESCARTÁVEIS 200ML COM 25 PCT	98.000	CAIXA
	<i>Especificação : Copo descartável transparente, bordas arredondadas, com capacidade para 200ml. Insentos de materiais estranhos como: rachaduras, furos e deformações. Acondicionados em sacos plásticos, lacrados. caixa contendo 2500 unidades(25 pacotes com 100 unid.).</i>		
14	PRATOS DESCARTÁVEIS MÉDIO	110.000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato descartável, Nº21, na cor branca para refeições. Pacote contendo 10 unidades.</i>		
15	PRATO CUMBUCA DESCARTÁVEL 21 CM	58.000	PACOTE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Prato fundo descartável, tipo cumbuca, fundo Nº21, cor branca. Embalagem contendo 10 unidades.</i>		
16	PRATO CUMBUCA DESCARTAVEL Nº 15	73.000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato fundo descartável, tipo cumbuca, fundo Nº15, cor branca. Embalagem contendo 10 unidades.</i>		
17	PAPEL ALUMINIO	34.000	ROLO
	<i>Especificação : Papel alumínio, material alumínio, de boa qualidade, comprimento de 7,5m, largura entre 30cm e 45cm, apresentação rolo, aplicação uso doméstico.</i>		
18	CALDERÃO DE EM ALUMINIO Nº 30	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Calderão em alumínio polido com 26cm de altura, 30 cm de diâmetro, capacidade mínima para 20L, com tampa e alça em alumínio.</i>		
19	FACA DE MESA 16-03-1982	57.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Faca de mesa, corfeccionada em aço inoxidável, lâmina com dentes serrilhados, não deformável, cabo em polipropileno, aproximadamente 20cm, cores variadas.</i>		
20	CONCHA DE ALUMINIO	21.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Concha feita em aço inox de fácil limpeza, comprimento de 55cm, largura 13cm, cor predominante prata.</i>		
21	CANECA DE CERÂMICA 400ML	13.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caneca cilíndrica em cerâmica, com alça para segurar, capacidade mínima 400ml, resistente a forno de micro-ondas.</i>		
22	JARRA COM TAMPA 05 LITROS	45.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Jarra de plástico e/ou polipropileno para suco, com alça, de material resistente, com tampa e com capacidade mínima de 05L.</i>		
23	COLHER DESCARTÁVEL	224.000	PACOTE
	<i>Especificação : Colher descartável, material plástico, cor branca e/ou transparente para refeição. Pacote contendo 50 Unidades.</i>		
24	CALDEIRÃO EM ALUMINIO N40	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Calderão em alumínio com 36 cm de altura, com 40cm de diâmetro, com capacidade para 45L, com tampa e alças reforçadas</i>		
25	CAFETEIRA ELETRICA 2 LT	9.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Cafeteira elétrica inox, com capacidade para 30 xícaras, reservatório e água com graduação, sistema corta pingo, reservatório de no mínimo 1,5L, filtro e porta filtro removíveis.</i>		
26	BANDEJA DE INOX MEDIA	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Bandeja inox, formato retangular, medindo aproximadamente 48x32 cm, aplicação residencial, finalidade servir líquidos e alimentos</i>		
27	TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO	7.000	UNIDADE
	<i>Especificação : TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO</i>		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

28	TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 2 LITROS	6.000	UNIDADE
	<i>Especificação : TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO</i>		
29	ESCORREDOR DE ALUMINIO	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Escorredor fixo em aluminio, com porta talheres, capacidade minima para 28 peças, mínimo 16 pratos</i>		
30	CAIXA TERMICA 34 LTS	8.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Parte interna e externa em polipropileno injetado, tampa em polietileno e isolamento térmico em poliestireno expandido Desenvolvida com material 100% virgem, tóxico e sem odor.</i>		
31	CAIXA TERMICA 26 LTS	11.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Parte interna e externa em polipropileno injetado, tampa em polietileno e isolamento térmico em poliestireno expandido Desenvolvida com material 100% virgem, atóxico e sem odor.</i>		
32	MARMITEX N8 CX C/100 UNIDADES FECHADO A MAQUINA	51.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CAIXA TERMICA 26LTS</i>		
33	CONJUNTO FORMA BANHO MARIA COM TAMPA	3.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Conjunto de forma Banho Maria, tipo forma para pudim no fogão, medindo aproximadamente 20 cm, com tampa</i>		
34	ÁGUA SANITÁRIA - CAIXA C/ 12 UNIDADES	242.000	CAIXA
	<i>Especificação : O Produto deve ser indicado para lavagem de roupas brancas, remoção de manchas, limpeza geral e desinfecção de ralos e vasos sanitários. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Composição Hipoclorito de sódio e água desmineralizada, Teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5%, Densidade aprox.: 1,08 g/ml, Aspecto Físico Líquido, Cor Incolor, caixa contendo 12 unidades de 1 litro cada.</i>		
35	ÁLCOOL EM GEL 70% - FRASCO C/ 500ML	510.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ÁLCOOL EM GEL 70% - FRASCO C/ 500ML.</i>		
36	ÁLCOOL LÍQUIDO 70% 1L	239.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ÁLCOOL LÍQUIDO 70% 1L.</i>		
37	DESINFETANTE 2L	1557.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DESINFETANTE 2L.</i>		
38	DESINFETANTE DE USO GERAL - BOMBONA 5L	174.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DESINFETANTE DE USO GERAL - BOMBONA 5L.</i>		
39	DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 400ML - CX C/ 12 UNIDADES	36.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 400ML - CX C/ 12 UNIDADES.</i>		
40	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - CX C/24 UNIDADES	127.000	CAIXA
	<i>Especificação : DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - CX C/24 UNIDADES.</i>		
41	DESODORIZADOR SANITÁRIO - CX COM 36 UNIDADES	631.000	CAIXA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : DESODORIZADOR SANITÁRIO - CX COM 36 UNIDADES.</i>		
42	DETERGENTE P/ LIMPEZA PESADA DE PISO - FRASCO C/ 5L	140.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DETERGENTE P/ LIMPEZA PESADA DE PISO - FRASCO C/5L</i>		
43	ESCOVÃO DE PIAÇAVA - COM CABO DE MADEIRA	174.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ESCOVÃO DE PIAÇAVA - COM CABO DE MADEIRA</i>		
44	FLANELA 38CM X 58CM - AMARELA	180.000	UNIDADE
	<i>Especificação : FLANELA 38CM X 58CM - AMARELA</i>		
45	INSETICIDA SPRAY 300ML - CX C/12 UNIDADES	33.000	CAIXA
	<i>Especificação : INSETICIDA SPRAY 300ML - CX C/12 UNIDADES</i>		
46	LUSTRA MÓVEIS MADEIRA - 500ML	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : LUSTRA MÓVEIS - MADEIRA - 500ML</i>		
47	PÁ PLÁSTICO P/ LIXO - COM CABO	208.000	UNIDADE
	<i>Especificação : PÁ PLÁSTICA P/LIXO - COM CABO</i>		
48	PANO MULTIUSO C/ AGENTE ANTIBACTERIA - EMBALAGEM C/5 UNIDADES	89.000	EMBALAGEM
	<i>Especificação : Material Celulose Virgem, Largura 10 Cm, Cor Branca, Características Adicionais Picotado, Folha Dupla, Fardo contendo 16 pacotes de 4 rolos.</i>		
49	PAPEL HIGIÊNICO - NEUTRO - FARDOS C/ 16 PCTS DE 4 ROLOS	111.000	FARDO
	<i>Especificação : Material Celulose Virgem, Largura 10Cm, Cor Branca, Características Adicionais Picotado, Folha Dupla, Fardo contendo 16 pacotes de 4 rolos.</i>		
50	PAPEL HIGIÊNICO - PERFUMADO - FARDOS DE 16 PCTS C/ 4 ROLOS	214.000	FARDO
	<i>Especificação : PAPEL HIGIÊNICO - PERFUMADO - FARDOS DE 16 PCTS C/ 4 ROLOS.</i>		
51	PAPEL TOALHA - PCT COM 2 ROLOS	872.000	PACOTE
	<i>Especificação : PAPEL TOALHA - PCT COM 2 ROLOS</i>		
52	SABÃO EM BARRA 1KG CX C/10 UNIDADES	63.000	CAIXA
	<i>Especificação : Multiuso Para Limpeza Em Geral, Biodegradável, Barra De 1kg, Embalagem Com Nome Do Fabricante, contendo 10 Unidade Caixa, Data De Fabricação E Prazo De Validade, Registro No Ministério Da Saúde.</i>		
53	SABONETE ANTISSEPTICO (À BASE DE TRICLOSAN) - BOMBONA 5L	12.000	UNIDADE
	<i>Especificação : SABONETE ANTISSEPTICO(A BASE DE TRICLOSAN) - BOMBONA 5L</i>		
54	SABONETE EM BARRA - 90G	94.000	UNIDADE
	<i>Especificação : SABONETE EM BARRA - 90G</i>		
55	TOUCA HIGIÊNICA DESCARTÁVEL - PCT C/100 UNIDADES	54.000	PACOTE
	<i>Especificação : TOUCA HIGIÊNICA DESCARTÁVEL - PCT C/ 100 UNIDADES</i>		
56	VASSOURA DE PIAÇAVA Nº5 - CABO DE MADEIRA	287.000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Vassoura, Material Cerdas Piaçava. Material Cabo Madeira, Material Cepa Madeira, Comprimento Cepa 60 Cm, Tipo Institucional, Tipo Cabo Comprido. Largura Cepa 7,5 Cm, Altura cepa 05 Cm, Aplicação Limpeza Em Geral Cepa 7,5 Cm, Altura Cepa 05 Cm, Aplicação Limpeza Em Geral</i>		
57	SACO PARA LIXO - 50L - PCT C/10 UNIDADES	4689.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 50L - PCT C/10 UNIDADES.</i>		
58	SACO PARA LIXO - PCT C/10 UNIDADES	1564.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 30L - PCT C/ 10 UNIDADES.</i>		
59	SACO PARA LIXO - 200 - PCT C/5 UNIDADES	2500.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 200 - PCT C/5 UNIDADES.</i>		
60	SACO PARA LIXO - 15L - PCT C/10 UNIDADES	1564.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 15L - PCT C/10 UNIDADES.</i>		
61	SACO PARA LIXO - 100L - PCT C/5 UNIDADES	5625.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 100L - PCT C/5 UNIDADES.</i>		
62	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 15L	29.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 15L</i>		
63	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 50L	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/LIXO C/ PEDAL - 50L</i>		
64	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO FECHADO C/ TAMPA - 30L	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/LIXO FECHADO C/TAMPA - 30L</i>		
65	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ TAMPA - 100L	50.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/LIXO FECHADO C/TAMPA 100L</i>		
66	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO S/ TAMPA - 9,6L	9.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/LIXO TELADO S/TAMPA - 9,6L</i>		
67	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO C/ TAMPA - 50L	27.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO C/ TAMPA - 50L.</i>		
68	LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA TAMANHO G	164.000	PAR
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA-TAMANHO G</i>		
69	LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA - TAMANHO M	163.000	PAR
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA - TAMANHO M</i>		
70	LUVA EM LÁTEX MANGA LONGA - TAMANHO G	82.000	PAR
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA LONGA - TAMANHO G</i>		
71	ESFREGÃO MOP DE ALGODÃO COM CABO	27.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ESFREGÃO MOP DE ALGODÃO COM CABO</i>		
72	BALDE C/ ESCORREDOR 9L	105.000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : BALDE C/ESCORREDOR 9L</i>		
73	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRAGEM BACTERIANA - CX C/ 50 UNIDADES	91.000	CAIXA
	<i>Especificação : MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRAGEM BACTERIANA - CX C/ 50 UNIDADES</i>		

4.4- Fundo Municipal de Educação;

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	PANO DE PRATO ALGODÃO BRANCO 70X44CM	232.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Pano de prato, para limpeza de copa aberto 100% algodao, alvejado, com ou sem estampa, alta absorção.</i>		
2	CONJUNTO DE TALHERES CABO DE PLÁSTICOS COM 24 PEÇAS	12.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Conjunto de talheres com 24 peças (6 garfos,6 facas serrilhadas, 6 colheres de mesa e 6 colheres de sobremesa) com lâminas em inox e cabos em polipropileno.</i>		
3	PANELA DE PRESSÃO 10 LITROS	14.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela de pressão, material aço inoxidável, capacidade para 10L, cabo baquelite, sistema de segurança válvulas que funcionam e borracha de segurança, revestimento antiaderente.</i>		
4	PANELA DE PRESSÃO 7 LITROS	5.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela de pressão, material aço inoxidável, capacidade para 7L, cabo baquelite, sistema de segurança válvulas que funcionam e borracha de segurança, revestimento antiaderente.</i>		
5	BANDEJA PLÁSTICO RETANGULAR CAFÉ 34X23CM	20.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Bandeja, de plástico resistente, retangular medido aproximadamente 34x23 cm, cores variadas.</i>		
6	PANELA CAÇAROLA Nº 30	12.000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Panela caçarola de material alumínio fundido, com tampa e alças laterais em alumínio, Nº 30, capacidade mínima para 9,7L.</i>		
7	PANELA CAÇAROLA Nº 40	13.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela caçarola de número 40 com tampa e alças em alumínio, capacidades mínima de 20L. dimensões: diâmetro 40cm e altura 19 cm.</i>		
8	FACA PARA CORTE 40 CM	18.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Faca para corte de carne, lâmina larga em inox, lisa, 40cm de comprimento, cabo em polipropileno, espessura da lâmina 2,5mm</i>		
9	CANECÃO DE ALUMINIO Nº 20	3.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Canecão em alumínio, com altura de 20cm e de 20cm de diâmetro, com capacidade aproximada de 6,3L, com alça reforçada.</i>		
10	GARRAFA TERMICA 1 LITRO	19.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Garrafa térmica com capacidade de 1L. corpo de plástico e ampola de vidro, com tampa de fechamento em peça única. Com alça e cores variadas.</i>		
11	GARRAFA TERMICA CAPACIDADE 1,8 LITROS	11.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Garrafa térmica, capacidade para 1,8L, serve a jato, automática, com alça e tampa, ampola de vidro e corpo revestido em aço inox.</i>		
12	GARFO DESCARTAVEIS	52.000	PAQUETE
	<i>Especificação : Garfo descartável, material plástico para refeição. cor branco e/ou transparente. Pacote contendo 50 unidades.</i>		
13	COPO DESCARTAVEIS 200ML COM 25 PCT	95.000	CAIXA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Copo descartável transparente, bordas arredondadas, com capacidade para 200ml. Insentos de materiais estranhos como: rachaduras, furos e deformações. Acondicionados em sacos plásticos, lacrados, caixa contendo 2500 unidades(25 pacotes com 100 unid.).</i>		
14	PRATOS DESCARTAVEIS MÉDIO	109,000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato descartável, Nº21, na cor branca para refeições. Pacote contendo 10 unidades.</i>		
15	PRATO CUMBUCA DESCARTAVEL 21 CM	56,000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato fundo descartável, tipo cumbuca, fundo Nº21, cor branca. Embalagem contendo 10 unidades.</i>		
16	PRATO CUMBUCA DESCARTAVEL Nº 15	72,000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato fundo descartável, tipo cumbuca, fundo Nº15, cor branca. Embalagem contendo 10 unidades.</i>		
17	PAPEL ALUMINIO	31,000	ROLO
	<i>Especificação : Papel alumínio, material alumínio, de boa qualidade, comprimento de 7,5m, largura entre 30cm e 45cm, apresentação rolo, aplicação uso doméstico.</i>		
18	CALDERÃO DE EM ALUMINIO Nº 30	15,000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caldeirão em alumínio polido com 26cm de altura, 30 cm de diâmetro, capacidade mínima para 20L, com tampa e alça em alumínio.</i>		
19	FACA DE MESA	56,000	UNIDADE
	<i>Especificação : Faca de mesa, confeccionada em aço inoxidável, lâmina com dentes serrilhados, não deformável, cabo em polipropileno, aproximadamente 20cm, cores variadas.</i>		
20	CONCHA DE ALUMINIO	18,000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Concha feita em aço inox de fácil limpeza, comprimento de 55cm, largura 13cm, cor predominante prata.</i>		
21	CANECA DE CERÂMICA 400ML	12.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caneca cilíndrica em cerâmica, com alça para segurar, capacidade mínima 400ml. resistente a forno de micro-ondas.</i>		
22	JARRA COM TAMPA 05 LITROS	44,000	UNIDADE
	<i>Especificação : Jarra de plástico e/ou polipropileno para suco, com alça, de material resistente, com tampa e com capacidade mínima de 05L.</i>		
23	COLHER DESCARTÁVEL	224.000	PACOTE
	<i>Especificação : Colher descartável, material plástico, cor branca e/ou transparente para refeição. Pacote contendo 50 Unidades.</i>		
24	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO N40	15,000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caldeirão em alumínio com 36 cm de altura, com 40cm de diâmetro, com capacidade para 45L. com tampa e alças reforçadas</i>		
25	CAFETEIRA ELETRICA 2 LF	9.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Cafeteira elétrica inox, com capacidade para 30 xícaras, reservatório e água com graduação, sistema corta pingo, reservatório de no mínimo 1,5L, filtro e porta filtro removíveis.</i>		
26	BANDEJA DE INOX MEDIA	12,000	UNIDADE
	<i>Especificação : Bandeja inox, formato retangular, medindo aproximadamente 48x32 cm, aplicação residencial, finalidade servir líquidos e alimentos</i>		
27	TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO	4.000	UNIDADE
	<i>Especificação : TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO</i>		
28	TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 2 LITROS	4.000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO</i>		
29	ESCORREDOR DE ALUMINIO	16,000	UNIDADE
	<i>Especificação : Escorredor fixo em alumínio, com porta talheres, capacidade minima para 28 peças, mínimo 16 pratos</i>		
30	CAIXA TERMICA 34 LTS	6.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Parte interna e externa em polipropileno injetado, tampa em polietileno e isolamento térmico em poliestireno expandido Desenvolvida com material 100% virgem, tóxico e sem odor</i>		
31	CAIXA TERMICA 26 LTS	8.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Parte interna e externa em polipropileno injetado, tampa em polietileno e isolamento térmico em poliestireno expandido Desenvolvida com material 100% virgem, atóxico e sem odor.</i>		
32	MARMITEX N8 CX C/100 UNIDADES FECHADO A MAQUINA	51,000	UNIDADE
	<i>Especificação : CAIXA TERMICA 26LTS</i>		
33	CONJUNTO FORMA BANHO MARIA COM TAMPA	2.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Conjunto de forma Banho Maria, tipo forma para pudim no fogão, medindo aproximadamente 20 cm, com tampa</i>		
34	ÁGUA SANITÁRIA - CAIXA C/ 12 UNIDADES	239,000	CAIXA
	<i>Especificação : O Produto deve ser indicado para lavagem de roupas brancas, remoção de manchas, limpeza geral e desinfecção de ralos e vasos sanitários. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Composição Hipoclorito de sódio e água desmineralizada. Teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5%, Densidade aprox.: 1,08 g/ml. Aspecto Físico Líquido, Cor Incolor, caixa contendo 12 unidades de 1 litro cada.</i>		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

35	ÁLCOOL EM GEL 70% - FRASCO C/ 500ML <i>Especificação : ÁLCOOL EM GEL 70% - FRASCO C/500ML.</i>	509,000	UNIDADE
36	ÁLCOOL LIQUIDO 70% 1L <i>Especificação : ÁLCOOL LIQUIDO 70% 1L.</i>	238,000	UNIDADE
37	DESIFETANTE 2L <i>Especificação : DESINFETANTE 2L.</i>	1554,000	UNIDADE
38	DESINFETANTE DE USO GERAL - BOMBONA 5L <i>Especificação : DESINFETANTE DE USO GERAL - BOMBONA 5L.</i>	171,000	UNIDADE
39	DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 400ML - CX C/ 12 UNIDADES <i>Especificação : DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 400ML - CX C/ 12 UNIDADES.</i>	34,000	UNIDADE
40	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - CX C/24 UNIDADES <i>Especificação : DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - CX C/24 UNIDADES.</i>	125,000	CAIXA
41	DESODORIZADOR SANITÁRIO - CX COM 36 UNIDADES <i>Especificação : DESODORIZADOR SANITÁRIO - CX COM 36 UNIDADES.</i>	629,000	CAIXA
42	DETERGENTE P/ LIMPEZA PESADA DE PISO - FRASCO C/ 5L <i>Especificação : DETERGENTE P/ LIMPEZA PESADA DE PISO - FRASCO C/5L</i>	139,000	UNIDADE
43	ESCOVÃO DE PIAÇAVA - COM CABO DE MADEIRA <i>Especificação : ESCOVÃO DE PIAÇAVA - COM CABO DE MADEIRA</i>	171,000	UNIDADE
44	FLANELA 38CM X 58CM - AMARELA <i>Especificação : FLANELA 38CM X 58CM - AMARELA</i>	178,000	UNIDADE
45	INSETICIDA SPRAY 300ML - CX C/12 UNIDADES <i>Especificação : INSETICIDA SPRAY 300ML - CX C/12 UNIDADES</i>	31,000	CAIXA
46	LUSTRA MÓVEIS MADEIRA - 500ML	12,000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : LUSTRA MÓVEIS - MADEIRA - 500ML</i>		
47	PÁ PLÁSTICO P/ LIXO - COM CABO	205.000	UNIDADE
	<i>Especificação : PÁ PLÁSTICA P-LIXO - COM CABO</i>		
48	PANO MULTIUSO C/ AGENTE ANTIBACTÉRIA - EMBALAGEM C/5 UNIDADES	87.000	EMBALAGEM
	<i>Especificação : Material Celulose Virgem, Largura 10 Cm, Cor Branca, Características Adicionais Picotado, Folha Dupla, Fardo contendo 16 pacotes de 4 rolos.</i>		
49	PAPEL HIGIÊNICO - NEUTRO - FARDO C/ 16 PCTS DE 4 ROLOS	109.000	FARDO
	<i>Especificação : Material Celulose Virgem, Largura 10Cm, Cor Branca, Características Adicionais Picotado, Folha Dupla, Fardo contendo 16 pacotes de 4 rolos.</i>		
50	PAPEL HIGIÊNICO - PERFUMADO - FARDO DE 16 PCTS C/ 4 ROLOS	213.000	FARDO
	<i>Especificação : PAPEL HIGIÊNICO - PERFUMADO - FARDO DE 16 PCTS C/ 4 ROLOS.</i>		
51	PAPEL TOALHA - PCT COM 2 ROLOS	870.000	PACOTE
	<i>Especificação : PAPEL TOALHA - PCT COM 2 ROLOS</i>		
52	SABÃO EM BARRA 1KG CX C/10 UNIDADES	62.000	CAIXA
	<i>Especificação : Multiuso Para Limpeza Em Geral, Biodegradável, Barra De 1kg, Embalagem Com Nome Do Fabricante, contendo 10 Unidade Caixa, Data De Fabricação E Prazo De Validade, Registro No Ministério Da Saúde.</i>		
53	SABONETE ANTISSEPTICO (À BASE DE TRICLOSAN) - BOMBONA 5L	10.000	UNIDADE
	<i>Especificação : SABONETE ANTISSEPTICO(À BASE DE TRICLOSAN) - BOMBONA 5L</i>		
54	SABONETE EM BARRA - 90G	91.000	UNIDADE
	<i>Especificação : SABONETE EM BARRA - 90G</i>		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

55	TOUCA HIGIÊNICA DESCARTÁVEL - PCT C/100 UNIDADES	54.000	PACOTE
	<i>Especificação : TOUCA HIGIÊNICA DESCRATÁVEL - PCT C/ 100 UNIDADES</i>		
56	VASSOURA DE PIAÇAVA N05 - CABO DE MADEIRA	284.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Vassoura, Material Cerdas Piaçava, Material Cabo Madeira, Material Cepa Madeira, Comprimento Cepa 60 Cm, Tipo Institucional, Tipo Cabo Comprido, Largura Cepa 7,5 Cm, Altura cepa 05 Cm, Aplicação Limpeza Em Geral Cepa 7,5 Cm, Altura Cepa 05 Cm, Aplicação Limpeza Em Geral</i>		
57	SACO PARA LIXO - 50L - PCT C/10 UNIDADES	4687.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 50L - PCT C/10 UNIDADES.</i>		
58	SACO PARA LIXO - PCT C/10 UNIDADES	1562.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 30L - PCT C/ 10 UNIDADES.</i>		
59	SACO PARA LIXO - 200 - PCT C/5 UNIDADES	2500.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 200 - PCT C/5 UNIDADES.</i>		
60	SACO PARA LIXO - 15L - PCT C/10 UNIDADES	1562.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 15L - PCT C/10 UNIDADES</i>		
61	SACO PARA LIXO - 100L - PCT C/5 UNIDADES	5625.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 100L - PCT C/5 UNIDADES.</i>		
62	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 15L	26.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 15L</i>		
63	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 50L	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/LIXO C/ PEDAL - 50L</i>		
64	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO FECHADO C/ TAMPA - 30L	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/LIXO FECHADO C/TAMPA - 30L</i>		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

65	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ TAMPA - 100L	49,000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P-LIXO FECHADO C-TAMPA 100L</i>		
66	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO S/ TAMPA - 9,6L	7,000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P-LIXO TELADO S-TAMPA - 9,6L</i>		
67	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO C/ TAMPA - 50L	26,000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P-LIXO TELADO C-TAMPA - 50L.</i>		
68	LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA TAMANHO G	162,000	PAR
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA-TAMANHO G</i>		
69	LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA - TAMANHO M	163,000	PAR
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA - TAMANHO M</i>		
70	LUVA EM LÁTEX MANGA LONGA - TAMANHO G	81,000	PAR
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA LONGA - TAMANHO G</i>		
71	ESFREGÃO MOP DE ALGODÃO COM CABO	26,000	UNIDADE
	<i>Especificação : ESFREGÃO MOP DE ALGODÃO COM CABO</i>		
72	BALDE C/ ESCORREDOR 9L	105,000	UNIDADE
	<i>Especificação : BALDE C-ESCORREDOR 9L</i>		
73	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRAGEM BACTERIANA - CX C/ 50 UNIDADES	88,000	CAIXA
	<i>Especificação : MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRAGEM BACTERIANA - CX C: 50 UNIDADES</i>		
74	KIT MERENDA ESCOLAR COM 4 PEÇAS	250,000	UNIDADE
	<i>Especificação : Kit com 4 peças, contendo prato escolar de 600 ml, colher escolar de 7 ml, caneca escolar de 300ml e cumbuca escolar de 350ml, desenvolvidas em pp (polipropileno).</i>		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	PANO DE PRATO ALGODÃO BRANCO 70X44CM <i>Especificação : Pano de prato, para limpeza de copa aberto 100% algodão, alvejado, com ou sem estampa, alta absorção.</i>	235.000	UNIDADE
2	CONJUNTO DE TALHERES CABO DE PLÁSTICOS COM 24 PEÇAS <i>Especificação : Conjunto de talheres com 24 peças (6 garfos, 6 facas serrilhadas, 6 colheres de mesa e 6 colheres de sobremesa) com lâminas em inox e cabos em polipropileno.</i>	14.000	UNIDADE
3	PANELA DE PRESSÃO 10 LITROS <i>Especificação : Panela de pressão, material aço inoxidável, capacidade para 10L, cabo baquelite, sistema de segurança válvulas que funcionam e borracha de segurança, revestimento antiaderente.</i>	15.000	UNIDADE
4	PANELA DE PRESSÃO 7 LITROS <i>Especificação : Panela de pressão, material aço inoxidável, capacidade para 7L, cabo baquelite, sistema de segurança válvulas que funcionam e borracha de segurança, revestimento antiaderente.</i>	5.000	UNIDADE
5	BANDEJA PLÁSTICO RETANGULAR CAFÉ 34X23CM <i>Especificação : Bandeja, de plástico resistente, retangular medido aproximadamente 34x23 cm, cores variadas.</i>	21.000	UNIDADE
6	PANELA CAÇAROLA Nº 30 <i>Especificação : Panela caçarola de material alumínio fundido, com tampa e alças laterais em alumínio. Nº 30, capacidade mínima para 9,7L.</i>	15.000	UNIDADE
7	PANELA CAÇAROLA Nº 40 <i>Especificação : Panela caçarola de número 40 com tampa e alças em alumínio, capacidades mínima de 20L. dimensões: diâmetro 40cm e altura 19 cm.</i>	16.000	UNIDADE
8	FACA PARA CORTE 40 CM <i>Especificação : Faca para corte de carne. lâmina larga em inox, lisa, 40cm de comprimento, cabo em polipropileno, espessura da lâmina 2,5mm</i>	18.000	UNIDADE
9	CANECÃO DE ALUMÍNIO Nº 20 <i>Especificação : Canecão em alumínio, com altura de 20cm e de 20cm de diâmetro, com capacidade aproximada de 6,3L, com alça reforçada.</i>	6.000	UNIDADE
10	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO <i>Especificação : Garrafa térmica com capacidade de 1L, corpo de plástico e ampola de vidro, com tampa de fechamento em peça única. Com alça e cores variadas.</i>	19.000	UNIDADE
11	GARRAFA TÉRMICA CAPACIDADE 1,8 LITROS <i>Especificação : Garrafa térmica, capacidade para 1,8L, serve a jato, automática, com alça e tampa, ampola de vidro e corpo revestido em aço inox.</i>	11.000	UNIDADE
12	GARFO DESCARTÁVEIS <i>Especificação : Garfo descartável, material plástico para refeição. cor branco e/ou transparente. Pacote contendo 50 unidades.</i>	54.000	PACOTE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

13	COPO DESCARTAVEIS 200ML COM 25 PCT	98.000	CAIXA
	<i>Especificação : Copo descartável transparente, bordas arredondadas, com capacidade para 200ml. Insentos de materiais estranhos como: rachaduras, furos e deformações. Acondicionados em sacos plásticos, lacrados, caixa contendo 2500 unidades(25 pacotes com 100 unid.).</i>		
14	PRATOS DESCARTAVEIS MÉDIO	110.000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato descartável, Nº21, na cor branca para refeições. Pacote contendo 10 unidades.</i>		
15	PRATO CUMBUCA DESCARTAVEL 21 CM	58.000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato fundo descartável, tipo cumbuca, fundo Nº21, cor branca. Embalagem contendo 10 unidades.</i>		
16	PRATO CUMBUCA DESCARTAVEL Nº 15	73.000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato fundo descartável, tipo cumbuca, fundo Nº15, cor branca. Embalagem contendo 10 unidades.</i>		
17	PAPEL ALUMINIO	34.000	ROLO
	<i>Especificação : Papel alumínio, material alumínio, de boa qualidade, comprimento de 7,5m, largura entre 30cm e 45cm, apresentação rolo, aplicação uso doméstico.</i>		
18	CALDEIRÃO DE EM ALUMINIO Nº 30	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caldeirão em alumínio polido com 26cm de altura, 30 cm de diâmetro, capacidade mínima para 20L, com tampa e alça em alumínio.</i>		
19	FACA DE MESA	57.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Faca de mesa, confeccionada em aço inoxidável, lâmina com dentes serrilhados, não deformável, cabo em polipropileno, aproximadamente 20cm, cores variadas.</i>		
20	CONCHA DE ALUMINIO	21.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Concha feita em aço inox de fácil limpeza, comprimento de 55cm, largura 13cm, cor predominante prata.</i>		
21	CANECA DE CERÂMICA 400ML	13.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caneca cilíndrica em cerâmica, com alça para segurar, capacidade mínima 400ml, resistente a forno de micro-ondas.</i>		
22	JARRA COM TAMPA 05 LITROS	45.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Jarra de plástico e/ou polipropileno para suco, com alça, de material resistente, com tampa e com capacidade mínima de 05L.</i>		
23	COLHER DESCARTÁVEL	224.000	PACOTE
	<i>Especificação : Colher descartável, material plástico, cor branca e/ou transparente para refeição. Pacote contendo 50 Unidades.</i>		
24	CALDEIRÃO EM ALUMINIO N40	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caldeirão em alumínio com 36 cm de altura, com 40cm de diâmetro, com capacidade para 45L, com tampa e alças reforçadas</i>		
25	CAFETEIRA ELETRICA 2 LT	9.000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Cafeteira elétrica inox, com capacidade para 30 xícaras, reservatório e água com graduação. sistema corta pingo, reservatório de no mínimo 1,5L. filtro e porta filtro removíveis.</i>		
26	BANDEJA DE INOX MEDIA	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Bandeja inox, formato retangular, medindo aproximadamente 48x32 cm, aplicação residencial, finalidade servir líquidos e alimentos</i>		
27	TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO	7.000	UNIDADE
	<i>Especificação : TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO</i>		
28	TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 2 LITROS	6.000	UNIDADE
	<i>Especificação : TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO</i>		
29	ESCORREDOR DE ALUMINIO	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Escorredor fixo em alumínio, com porta talheres, capacidade mínima para 28 peças, mínima 16 pratos</i>		
30	CAIXA TERMICA 34 LTS	8.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Parte interna e externa em polipropileno injetado, tampa em polietileno e isolamento térmico em poliestireno expandido Desenvolvida com material 100% virgem, tóxico e sem odor</i>		
31	CAIXA TERMICA 26 LTS	11.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Parte interna e externa em polipropileno injetado, tampa em polietileno e isolamento térmico em poliestireno expandido Desenvolvida com material 100% virgem, atóxico e sem odor.</i>		
32	MARMITEX N8 CX C/100 UNIDADES FECHADO A MAQUINA	51.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CAIXA TERMICA 26LTS</i>		
33	CONJUNTO FORMA BANHO MARIA COM TAMPA	3.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Conjunto de forma Banho Maria, tipo forma para pudim no fogão, medindo aproximadamente 20 cm, com tampa</i>		
34	ÁGUA SANITÁRIA - CAIXA C/ 12 UNIDADES	242.000	CAIXA
	<i>Especificação : O Produto deve ser indicado para lavagem de roupas brancas, remoção de manchas, limpeza geral e desinfecção de ralos e vasos sanitários. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Composição Hipoclorito de sódio e água desmineralizada, Teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5%, Densidade aprox.: 1,08 g/ml, Aspecto Físico Líquido, Cor Incolor, caixa contendo 12 unidades de 1 litro cada.</i>		
35	ÁLCOOL EM GEL 70% - FRASCO C/ 500ML	510.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ÁLCOOL EM GEL 70% - FRASCO C:500ML.</i>		
36	ÁLCOOL LIQUIDO 70% 1L	239.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ÁLCOOL LIQUIDO 70% 1L.</i>		
37	DESIFETANTE 2L	1557.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DESINFETANTE 2L.</i>		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

38	DESINFETANTE DE USO GERAL - BOMBONA 5L <i>Especificação : DESINFETANTE DE USO GERAL - BOMBONA 5L.</i>	174.000	UNIDADE
39	DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 400ML - CX C/ 12 UNIDADES <i>Especificação : DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 400ML - CX C/ 12 UNIDADES.</i>	36.000	UNIDADE
40	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - CX C/24 UNIDADES <i>Especificação : DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - CX C/24 UNIDADES.</i>	127.000	CAIXA
41	DESODORIZADOR SANITÁRIO - CX COM 36 UNIDADES <i>Especificação : DESODORIZADOR SANITÁRIO - CX COM 36 UNIDADES.</i>	631.000	CAIXA
42	DETERGENTE P/ LIMPEZA PESADA DE PISO - FRASCO C/ 5L <i>Especificação : DETERGENTE P/ LIMPEZA PESADA DE PISO - FRASCO C/5L</i>	140.000	UNIDADE
43	ESCOVÃO DE PIAÇAVA - COM CABO DE MADEIRA <i>Especificação : ESCOVÃO DE PIAÇAVA - COM CABO DE MADEIRA</i>	174.000	UNIDADE
44	FLANELA 38CM X 58CM - AMARELA <i>Especificação : FLANELA 38CM X 58CM - AMARELA</i>	180.000	UNIDADE
45	INSETICIDA SPRAY 300ML - CX C/12 UNIDADES <i>Especificação : INSETICIDA SPRAY 300ML - CX C/12 UNIDADES</i>	33.000	CAIXA
46	LUSTRA MÓVEIS MADEIRA - 500ML <i>Especificação : LUSTRA MÓVEIS - MADEIRA - 500ML</i>	15.000	UNIDADE
47	PÁ PLÁSTICO P/ LIXO - COM CABO <i>Especificação : PÁ PLÁSTICA P/ LIXO - COM CABO</i>	208.000	UNIDADE
48	PANO MULTIUSO C/ AGENTE ANTIBACTÉRIA - EMBALAGEM C/5 UNIDADES <i>Especificação : Material Celulose Virgem, Largura 10 Cm, Cor Branca, Características Adicionais Picotado, Folha Dupla, Fardo contendo 16 pacotes de 4 rolos.</i>	89.000	EMBALAGEM
49	PAPEL HIGIÊNICO - NEUTRO - FARDO C/ 16 PCTS DE 4 ROLOS <i>Especificação : Material Celulose Virgem, Largura 10Cm, Cor Branca, Características Adicionais Picotado, Folha Dupla, Fardo contendo 16 pacotes de 4 rolos.</i>	111.000	FARDO
50	PAPEL HIGIÊNICO - PERFUMADO - FARDO DE 16 PCTS C/ 4 ROLOS <i>Especificação : PAPEL HIGIÊNICO - PERFUMADO - FARDO DE 16 PCTS C/ 4 ROLOS.</i>	214.000	FARDO
51	PAPEL TOALHA - PCT COM 2 ROLOS <i>Especificação : PAPEL TOALHA - PCT COM 2 ROLOS</i>	872.000	PACOTE
52	SABÃO EM BARRA 1KG CX C/10 UNIDADES <i>Especificação : Multiuso Para Limpeza Em Geral, Biodegradável, Barra De 1kg, Embalagem Com Nome Do Fabricante, contendo 10 Unidade Caixa, Data De Fabricação E Prazo De Validade, Registro No Ministério Da Saúde.</i>	63.000	CAIXA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

53	SABONETE ANTISSEPTICO (À BASE DE TRICLOSAN) - BOMBONA 5L	12.000	UNIDADE
	<i>Especificação : SABONETE ANTISSEPTICO(À BASE DE TRICLOSAN) - BOMBONA 5L</i>		
54	SABONETE EM BARRA - 90G	94.000	UNIDADE
	<i>Especificação : SABONETE EM BARRA - 90G</i>		
55	TOUCA HIGIÊNICA DESCARTÁVEL - PCT C/100 UNIDADES	54.000	PACOTE
	<i>Especificação : TOUCA HIGIÊNICA DESCRATÁVEL - PCT C/100 UNIDADES</i>		
56	VASSOURA DE PIAÇAVA Nº05 - CABO DE MADEIRA	287.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Vassoura, Material Cerdas Piaçava, Material Cabo Madeira, Material Cepa Madeira, Comprimento Cepa 60 Cm, Tipo Institucional, Tipo Cabo Comprido, Largura Cepa 7,5 Cm, Altura cepa 05 Cm, Aplicação Limpeza Em Geral Cepa 7,5 Cm, Altura Cepa 05 Cm, Aplicação Limpeza Em Geral</i>		
57	SACO PARA LIXO - 50L - PCT C/10 UNIDADES	4689.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 50L - PCT C/10 UNIDADES.</i>		
58	SACO PARA LIXO - PCT C/10 UNIDADES	1564.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 30L - PCT C/10 UNIDADES.</i>		
59	SACO PARA LIXO - 200 - PCT C/5 UNIDADES	2500.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 200 - PCT C/5 UNIDADES.</i>		
60	SACO PARA LIXO - 15L - PCT C/10 UNIDADES	1564.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 15L - PCT C/10 UNIDADES.</i>		
61	SACO PARA LIXO - 100L - PCT C/5 UNIDADES	5625.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 100L - PCT C/5 UNIDADES.</i>		
62	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 15L	29.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 15L</i>		
63	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 50L	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 50L</i>		
64	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO FECHADO C/ TAMPA - 30L	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO FECHADO C/ TAMPA - 30L</i>		
65	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ TAMPA - 100L	50.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO FECHADO C/ TAMPA 100L</i>		
66	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO S/ TAMPA - 9,6L	9.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO S/ TAMPA - 9,6L</i>		
67	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO C/ TAMPA - 50L	27.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO C/ TAMPA - 50L.</i>		
68	LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA TAMANHO G	164.000	PAR



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA-TAMANHO G</i>		
69	LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA - TAMANHO M	163.000	PAR
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA - TAMANHO M</i>		
70	LUVA EM LÁTEX MANGA LONGA - TAMANHO G	82.000	PAR
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA LONGA - TAMANHO G</i>		
71	ESFREGÃO MOP DE ALGODÃO COM CABO	27.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ESFREGÃO MOP DE ALGODÃO COM CABO</i>		
72	BALDE C/ ESCORREDOR 9L	105.000	UNIDADE
	<i>Especificação : BALDE C/ESCORREDOR 9L</i>		
73	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRAGEM BACTERIANA - CX C/ 50 UNIDADES	91.000	CAIXA
	<i>Especificação : MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRAGEM BACTERIANA - CX C/ 50 UNIDADES</i>		
74	KIT MERENDA ESCOLAR COM 4 PEÇAS	250.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Kit com 4 peças, contendo prato escolar de 600 ml, colher escolar de 7 ml, caneca escolar de 300ml e cumbuca escolar de 350ml, desenvolvidas em pp (polipropileno).</i>		

4.7 – Secretaria Municipal de Assistência Social;

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	PANO DE PRATO ALGODÃO BRANCO 70X44CM	232.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Pano de prato, para limpeza de copa aberto 100% algodão, alvejado, com ou sem estampa, alta absorção.</i>		
2	CONJUNTO DE TALHERES CABO DE PLÁSTICOS COM 24 PEÇAS	12.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Conjunto de talheres com 24 peças (6 garfos, 6 facas serrilhadas, 6 colheres de mesa e 6 colheres de sobremesa) com lâminas em inox e cabos em polipropileno.</i>		
3	PANELA DE PRESSÃO 10 LITROS	14.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela de pressão, material aço inoxidável, capacidade para 10L, cabo baquelite, sistema de segurança válvulas que funcionam e borracha de segurança, revestimento antiaderente.</i>		
4	PANELA DE PRESSÃO 7 LITROS	5.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela de pressão, material aço inoxidável, capacidade para 7L, cabo baquelite, sistema de segurança válvulas que funcionam e borracha de segurança, revestimento antiaderente.</i>		
5	BANDEJA PLÁSTICO RETANGULAR CAFÉ 34X23CM	20.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Bandeja, de plástico resistente, retangular medido aproximadamente 34x23 cm, cores variadas.</i>		
6	PANELA CAÇAROLA Nº 30	12.000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Panela caçarola de material alumínio fundido, com tampa e alças laterais em alumínio. Nº 30, capacidade mínima para 9,7L.</i>		
7	PANELA CAÇAROLA Nº 40	13.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela caçarola de número 40 com tampa e alças em alumínio, capacidades mínima de 20L. dimensões: diâmetro 40cm e altura 19 cm.</i>		
8	FACA PARA CORTE 40 CM	18.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Faca para corte de carne. lâmina larga em inox, lisa, 40cm de comprimento, cabo em polipropileno. espessura da lâmina 2,5mm</i>		
9	CANECÃO DE ALUMÍNIO Nº 20	3.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Canecão em alumínio, com altura de 20cm e de 20cm de diâmetro, com capacidade aproximada de 6.3L, com alça reforçada.</i>		
10	GARRAFA TERMICA 1 LITRO	19.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Garrafa térmica com capacidade de 1L, corpo de plástico e ampola de vidro, com tampa de fechamento em peça única. Com alça e cores variadas.</i>		
11	GARRAFA TERMICA CAPACIDADE 1.8 LITROS	11.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Garrafa térmica, capacidade para 1,8L, serve a jato, automática, com alça e tampa, ampola de vidro e corpo revestido em aço inox.</i>		
12	GARFO DESCARTAVEIS	52.000	PACOTE
	<i>Especificação : Garfo descartável, material plástico para refeição. cor branco e/ou transparente. Pacote contendo 50 unidades.</i>		
13	COPO DESCARTAVEIS 200ML COM 25 PCT	95.000	CAIXA
	<i>Especificação : Copo descartável transparente. bordas arredondadas, com capacidade para 200ml. Insentos de materiais estranhos como: rachaduras, furos e deformações. Acondicionados em sacos plásticos, lacrados. caixa contendo 2500 unidades(25 pacotes com 100 unid.).</i>		
14	PRATOS DESCARTAVEIS MÉDIO	109.000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato descartável, Nº21, na cor branca para refeições. Pacote contendo 10 unidades.</i>		
15	PRATO CUMBUCA DESCARTAVEL 21 CM	56.000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato fundo descartável, tipo cumbuca, fundo Nº21, cor branca. Embalagem contendo 10 unidades.</i>		
16	PRATO CUMBUCA DESCARTAVEL Nº 15	72.000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato fundo descartável, tipo cumbuca, fundo Nº15, cor branca. Embalagem contendo 10 unidades.</i>		
17	PAPEL ALUMÍNIO	31.000	ROLO
	<i>Especificação : Papel alumínio, material alumínio, de boa qualidade, comprimento de 7,5m, largura entre 30cm e 45cm, apresentação rolo, aplicação uso doméstico.</i>		
18	CALDEIRÃO DE EM ALUMÍNIO Nº 30	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caldeirão em alumínio polido com 26cm de altura, 30 cm de diâmetro, capacidade mínima para 20L, com tampa e alça em alumínio.</i>		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

19	FACA DE MESA	56.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Faca de mesa, confeccionada em aço inoxidável, lâmina com dentes serrilhados. não deformável. cabo em polipropileno, aproximadamente 20cm, cores variadas.</i>		
20	CONCHA DE ALUMINIO	18.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Concha feita em aço inox de fácil limpeza, comprimento de 55cm, largura 13cm, cor predominante prata.</i>		
21	CANECA DE CERÂMICA 400ML	12.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caneca cilíndrica em cerâmica, com alça para segurar, capacidade mínima 400ml, resistente a forno de micro-ondas.</i>		
22	JARRA COM TAMPA 05 LITROS	44.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Jarra de plástico e/ou polipropileno para suco, com alça, de material resistente, com tampa e com capacidade mínima de 05L.</i>		
23	COLHER DESCARTÁVEL	224.000	PACOTE
	<i>Especificação : Colher descartável, material plástico, cor branca e/ou transparente para refeição. Pacote contendo 50 Unidades.</i>		
24	CALDEIRÃO EM ALUMINIO N40	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caldeirão em alumínio com 36 cm de altura, com 40cm de diâmetro, com capacidade para 45L. com tampa e alças reforçadas</i>		
25	CAFETEIRA ELETRICA 2 LT	9.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Cafeteira elétrica inox, com capacidade para 30 xícaras, reservatório e água com graduação. sistema corta pingo, reservatório de no mínimo 1,5L, filtro e porta filtro removíveis.</i>		
26	BANDEJA DE INOX MEDIA	12.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Bandeja inox, formato retangular, medindo aproximadamente 48x32 cm, aplicação residencial, finalidade servir líquidos e alimentos</i>		
27	TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO	4.000	UNIDADE
	<i>Especificação : TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO</i>		
28	TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 2 LITROS	4.000	UNIDADE
	<i>Especificação : TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO</i>		
29	ESCORREDOR DE ALUMINIO	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Escorredor fixo em alumínio, com porta talheres, capacidade mínima para 28 peças, mínimo 16 pratos</i>		
30	CAIXA TERMICA 34 LTS	6.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Parte interna e externa em polipropileno injetado, tampa em polietileno e isolamento térmico em poliestireno expandido Desenvolvida com material 100% virgem, tóxico e sem odor</i>		
31	CAIXA TERMICA 26 LTS	8.000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : Parte interna e externa em polipropileno injetado, tampa em polietileno e isolamento térmico em poliestireno expandido Desenvolvida com material 100% virgem, atóxico e sem odor.</i>		
32	MARMITEX N8 CX C/100 UNIDADES FECHADO A MAQUINA	51.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CAIXA TERMICA 26LTS</i>		
33	CONJUNTO FORMA BANHO MARIA COM TAMPA	2.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Conjunto de forma Banho Maria, tipo forma para pudim no fogão, medindo aproximadamente 20 cm, com tampa</i>		
34	ÁGUA SANITÁRIA - CAIXA C/ 12 UNIDADES	239.000	CAIXA
	<i>Especificação : O Produto deve ser indicado para lavagem de roupas brancas, remoção de manchas, limpeza geral e desinfecção de ralos e vasos sanitários. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Composição Hipoclorito de sódio e água desmineralizada, Teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5%, Densidade aprox.: 1,08 g/ml, Aspecto Físico Líquido, Cor Incolor, caixa contendo 12 unidades de 1 litro cada.</i>		
35	ÁLCOOL EM GEL 70% - FRASCO C/ 500ML	509.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ÁLCOOL EM GEL 70% - FRASCO C:500ML.</i>		
36	ÁLCOOL LÍQUIDO 70% 1L	238.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ÁLCOOL LÍQUIDO 70% 1L.</i>		
37	DESINFETANTE 2L	1554.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DESINFETANTE 2L.</i>		
38	DESINFETANTE DE USO GERAL - BOMBONA 5L	171.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DESINFETANTE DE USO GERAL - BOMBONA 5L.</i>		
39	DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 400ML - CX C/ 12 UNIDADES	34.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 400ML - CX C/ 12 UNIDADES.</i>		
40	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - CX C/24 UNIDADES	125.000	CAIXA
	<i>Especificação : DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - CX C:24 UNIDADES.</i>		
41	DESODORIZADOR SANITÁRIO - CX COM 36 UNIDADES	629.000	CAIXA
	<i>Especificação : DESODORIZADOR SANITÁRIO - CX COM 36 UNIDADES.</i>		
42	DETERGENTE P/ LIMPEZA PESADA DE PISO - FRASCO C/ 5L	139.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DETERGENTE P/ LIMPEZA PESADA DE PISO - FRASCO C:5L</i>		
43	ESCOVÃO DE PIAÇAVA - COM CABO DE MADEIRA	171.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ESCOVÃO DE PIAÇAVA - COM CABO DE MADEIRA</i>		
44	FLANELA 38CM X 58CM - AMARELA	178.000	UNIDADE
	<i>Especificação : FLANELA 38CM X 58CM - AMARELA</i>		
45	INSETICIDA SPRAY 300ML - CX C/12 UNIDADES	31.000	CAIXA
	<i>Especificação : INSETICIDA SPRAY 300ML - CX C:12 UNIDADES</i>		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

46	LUSTRA MÓVEIS MADEIRA - 500ML <i>Especificação : LUSTRA MÓVEIS - MADEIRA - 500ML</i>	12.000	UNIDADE
47	PÁ PLÁSTICO P/ LIXO - COM CABO <i>Especificação : PÁ PLÁSTICA P-LIXO - COM CABO</i>	205.000	UNIDADE
48	PANO MULTIUSO C/ AGENTE ANTIBACTERIA - EMBALAGEM C/5 UNIDADES <i>Especificação : Material Celulose Virgem, Largura 10 Cm, Cor Branca, Características Adicionais Picotado, Folha Dupla, Fardo contendo 16 pacotes de 4 rolos.</i>	87.000	EMBALAGEM
49	PAPEL HIGIÊNICO - NEUTRO - FARDO C/ 16 PCTS DE 4 ROLOS <i>Especificação : Material Celulose Virgem, Largura 10Cm, Cor Branca, Características Adicionais Picotado, Folha Dupla, Fardo contendo 16 pacotes de 4 rolos.</i>	109.000	FARDO
50	PAPEL HIGIÊNICO - PERFUMADO - FARDO DE 16 PCTS C/ 4 ROLOS <i>Especificação : PAPEL HIGIÊNICO - PERFUMADO - FARDO DE 16 PCTS C/ 4 ROLOS.</i>	213.000	FARDO
51	PAPEL TOALHA - PCT COM 2 ROLOS <i>Especificação : PAPEL TOALHA - PCT COM 2 ROLOS</i>	870.000	PACOTE
52	SABÃO EM BARRA 1KG CX C/10 UNIDADES <i>Especificação : Multiuso Para Limpeza Em Geral, Biodegradável, Barra De 1kg Embalagem Com Nome Do Fabricante, contendo 10 Unidade Caixa, Data De Fabricação E Prazo De Validade, Registro No Ministério Da Saúde.</i>	62.000	CAIXA
53	SABONETE ANTISSEPTICO (A BASE DE TRICLOSAN) - BOMBONA 5L <i>Especificação : SABONETE ANTISSEPTICO(A BASE DE TRICLOSAN) - BOMBONA 5L</i>	10.000	UNIDADE
54	SABONETE EM BARRA - 90G <i>Especificação : SABONETE EM BARRA - 90G</i>	91.000	UNIDADE
55	TOUCA HIGIENICA DESCARTAVEL - PCT C/100 UNIDADES <i>Especificação : TOUCA HIGIÊNICA DESCRATÁVEL - PCT C/100 UNIDADES</i>	54.000	PACOTE
56	VASSOURA DE PIAÇAVA N05 - CABO DE MADEIRA <i>Especificação : Vassoura, Material Cerdas Piaçava, Material Cabo Madeira, Material Cepa Madeira, Comprimento Cepa 60 Cm, Tipo Institucional, Tipo Cabo Comprido, Largura Cepa 7,5 Cm, Altura cepa 05 Cm, Aplicação Limpeza Em Geral Cepa 7,5 Cm, Altura Cepa 05 Cm, Aplicação Limpeza Em Geral</i>	284.000	UNIDADE
57	SACO PARA LIXO - 50L - PCT C/10 UNIDADES <i>Especificação : SACO PARA LIXO - 50L - PCT C/10 UNIDADES.</i>	4687.000	PACOTE
58	SACO PARA LIXO - PCT C/10 UNIDADES <i>Especificação : SACO PARA LIXO - 30L - PCT C/ 10 UNIDADES.</i>	1562.000	PACOTE
59	SACO PARA LIXO - 200 - PCT C/5 UNIDADES <i>Especificação : SACO PARA LIXO - 200 - PCT C/5 UNIDADES.</i>	2500.000	PACOTE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

60	SACO PARA LIXO - 15L - PCT C/10 UNIDADES <i>Especificação : SACO PARA LIXO - 15L - PCT C/10 UNIDADES.</i>	1562.000	PACOTE
61	SACO PARA LIXO - 100L - PCT C/5 UNIDADES <i>Especificação : SACO PARA LIXO - 100L - PCT C/5 UNIDADES.</i>	5625.000	PACOTE
62	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 15L <i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 15L</i>	26.000	UNIDADE
63	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 50L <i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 50L</i>	16.000	UNIDADE
64	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO FECHADO C/ TAMP A - 30L <i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO FECHADO C/ TAMP A - 30L</i>	15.000	UNIDADE
65	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ TAMP A - 100L <i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO FECHADO C/ TAMP A 100L</i>	49.000	UNIDADE
66	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO S/ TAMP A - 9,6L <i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO S/ TAMP A - 9,6L</i>	7.000	UNIDADE
67	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO C/ TAMP A - 50L <i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO C/ TAMP A - 50L.</i>	26.000	UNIDADE
68	LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA TAMANHO G <i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA-TAMANHO G</i>	162.000	PAR
69	LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA - TAMANHO M <i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA - TAMANHO M</i>	163.000	PAR
70	LUVA EM LÁTEX MANGA LONGA - TAMANHO G <i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA LONGA - TAMANHO G</i>	81.000	PAR
71	ESFREGÃO MOP DE ALGODÃO COM CABO <i>Especificação : ESFREGÃO MOP DE ALGODÃO COM CABO</i>	26.000	UNIDADE
72	BALDE C/ ESCORREDOR 9L <i>Especificação : BALDE C/ ESCORREDOR 9L</i>	105.000	UNIDADE
73	MASCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRAGEM BACTERIANA - CX C/ 50 UNIDADES <i>Especificação : MASCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRAGEM BACTERIANA - CX C/ 50 UNIDADES</i>	88.000	CAIXA

4.8 – Secretaria Municipal de Meio ambiente;

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	PANO DE PRATO ALGODÃO BRANCO 70X44CM <i>Especificação : Pano de prato, para limpeza de copa aberto 100% algodao, alvejado, com ou sem estampa, alta absorção.</i>	232.000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2	CONJUNTO DE TALHERES CABO DE PLÁSTICOS COM 24 PEÇAS	12.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Conjunto de talheres com 24 peças (6 garfos,6 facas serrilhadas, 6 colheres de mesa e 6 colheres de sobremesa) com lâminas em inox e cabos em polipropileno.</i>		
3	PANELA DE PRESSÃO 10 LITROS	14.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela de pressão, material aço inoxidável, capacidade para 10L, cabo baquelite, sistema de segurança válvulas que funcionam e borracha de segurança, revestimento antiaderente.</i>		
4	PANELA DE PRESSÃO 7 LITROS	5.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela de pressão, material aço inoxidável, capacidade para 7L, cabo baquelite, sistema de segurança válvulas que funcionam e borracha de segurança, revestimento antiaderente.</i>		
5	BANDEJA PLÁSTICO RETANGULAR CAFÉ 34X23CM	20.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Bandeja, de plástico resistente. retangular medido aproximadamente 34x23 cm, cores variadas.</i>		
6	PANELA CAÇAROLA Nº 30	12.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela caçarola de material alumínio fundido, com tampa e alças laterais em alumínio. Nº 30, capacidade mínima para 9,7L.</i>		
7	PANELA CAÇAROLA Nº 40	13.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Panela caçarola de número 40 com tampa e alças em alumínio, capacidades mínima de 20L. dimensões: diâmetro 40cm e altura 19 cm.</i>		
8	FACA PARA CORTE 40 CM	18.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Faca para corte de carne, lâmina larga em inox, lisa, 40cm de comprimento, cabo em polipropileno, espessura da lâmina 2,5mm</i>		
9	CANECÃO DE ALUMÍNIO Nº 20	3.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Canecão em alumínio, com altura de 20cm e de 20cm de diâmetro, com capacidade aproximada de 6,3L, com alça reforçada.</i>		
10	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO	19.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Garrafa térmica com capacidade de 1L, corpo de plástico e ampola de vidro, com tampa de fechamento em peça única. Com alça e cores variadas.</i>		
11	GARRAFA TÉRMICA CAPACIDADE 1,8 LITROS	11.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Garrafa térmica, capacidade para 1,8L, serve a jato, automática, com alça e tampa, ampola de vidro e corpo revestido em aço inox.</i>		
12	GARFO DESCARTÁVEIS	52.000	PACOTE
	<i>Especificação : Garfo descartável, material plástico para refeição. cor branco e/ou transparente. Pacote contendo 50 unidades.</i>		
13	COPO DESCARTÁVEIS 200ML COM 25 PCT	95.000	CAIXA
	<i>Especificação : Copo descartável transparente. bordas arredondadas, com capacidade para 200ml. Insentos de materiais estranhos como: rachaduras, furos e deformações. Acondicionados em sacos plásticos, lacrados. caixa contendo 2500 unidades(25 pacotes com 100 unid.).</i>		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

14	PRATOS DESCARTAVEIS MÉDIO	109.000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato descartável, Nº21, na cor branca para refeições. Pacote contendo 10 unidades.</i>		
15	PRATO CUMBUCA DESCARTAVEL 21 CM	56.000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato fundo descartável, tipo cumbuca, fundo Nº21, cor branca. Embalagem contendo 10 unidades.</i>		
16	PRATO CUMBUCA DESCARTAVEL Nº 15	72.000	PACOTE
	<i>Especificação : Prato fundo descartável, tipo cumbuca, fundo Nº15, cor branca. Embalagem contendo 10 unidades.</i>		
17	PAPEL ALUMINIO	31.000	ROLO
	<i>Especificação : Papel alumínio, material alumínio, de boa qualidade, comprimento de 7,5m, largura entre 30cm e 45cm, apresentação rolo, aplicação uso doméstico.</i>		
18	CALDEIRÃO DE EM ALUMÍNIO Nº 30	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caldeirão em alumínio polido com 26cm de altura, 30 cm de diâmetro, capacidade mínima para 20L, com tampa e alça em alumínio.</i>		
19	FACA DE MESA	56.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Faca de mesa, confeccionada em aço inoxidável, lâmina com dentes serrilhados, não deformável, cabo em polipropileno, aproximadamente 20cm, cores variadas.</i>		
20	CONCHA DE ALUMINIO	18.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Concha feita em aço inox de fácil limpeza, comprimento de 55cm, largura 13cm, cor predominante prata.</i>		
21	CANECA DE CERÂMICA 400ML	12.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caneca cilíndrica em cerâmica, com alça para segurar, capacidade mínima 400ml, resistente a forno de micro-ondas.</i>		
22	JARRA COM TAMPA 05 LITROS	44.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Jarra de plástico e/ou polipropileno para suco, com alça, de material resistente, com tampa e com capacidade mínima de 05L.</i>		
23	COLHER DESCARTÁVEL	224.000	PACOTE
	<i>Especificação : Colher descartável, material plástico, cor branca e/ou transparente para refeição. Pacote contendo 50 Unidades.</i>		
24	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO Nº40	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Caldeirão em alumínio com 36 cm de altura, com 40cm de diâmetro, com capacidade para 45L, com tampa e alças reforçadas</i>		
25	CAFETEIRA ELETRICA 2 LT	9.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Cafeteira elétrica inox, com capacidade para 30 xícaras, reservatório e água com graduação, sistema corta pingo, reservatório de no mínimo 1,5L, filtro e porta filtro removíveis.</i>		
26	BANDEJA DE INOX MEDIA	12.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Bandeja inox, formato retangular, medindo aproximadamente 48x32 cm, aplicação residencial, finalidade servir líquidos e alimentos</i>		



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

27	TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO	4.000	UNIDADE
	<i>Especificação : TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO</i>		
28	TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 2 LITROS	4.000	UNIDADE
	<i>Especificação : TRAVESSA DE PLASTICO COM TAMPA APROXIMADAMENTE 1 LITRO</i>		
29	ESCORREDOR DE ALUMINIO	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Escorredor fixo em aluminio, com porta talheres, capacidade minima para 28 peças, mínimo 16 pratos</i>		
30	CAIXA TERMICA 34 LTS	6.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Parte interna e externa em polipropileno injetado, tampa em polietileno e isolamento térmico em poliestireno expandido Desenvolvida com material 100% virgem. tóxico e sem odor</i>		
31	CAIXA TERMICA 26 LTS	8.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Parte interna e externa em polipropileno injetado, tampa em polietileno e isolamento térmico em poliestireno expandido Desenvolvida com material 100% virgem, atóxico e sem odor.</i>		
32	MARMITEX N8 CX C/100 UNIDADES FECHADO A MAQUINA	51.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CAIXA TERMICA 26LTS</i>		
33	CONJUNTO FORMA BANHO MARIA COM TAMPA	2.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Conjunto de forma Banho Maria, tipo forma para pudim no fogão, medindo aproximadamente 20 cm, com tampa</i>		
34	ÁGUA SANITÁRIA - CAIXA C/ 12 UNIDADES	239.000	CAIXA
	<i>Especificação : O Produto deve ser indicado para lavagem de roupas brancas, remoção de manchas, limpeza geral e desinfecção de ralos e vasos sanitários. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Composição Hipoclorito de sódio e água desmineralizada, Teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5%, Densidade aprox.: 1,08 g/ml, Aspecto Físico Líquido, Cor Incolor, caixa contendo 12 unidades de 1 litro cada.</i>		
35	ÁLCOOL EM GEL 70% - FRASCO C/ 500ML	509.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ÁLCOOL EM GEL 70% - FRASCO C:500ML.</i>		
36	ÁLCOOL LIQUIDO 70% 1L	238.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ÁLCOOL LIQUIDO 70% 1L.</i>		
37	DESINFETANTE 2L	1554.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DESINFETANTE 2L.</i>		
38	DESINFETANTE DE USO GERAL - BOMBONA 5L	171.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DESINFETANTE DE USO GERAL - BOMBONA 5L.</i>		
39	DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 400ML - CX C/ 12 UNIDADES	34.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY 400ML - CX C: 12 UNIDADES.</i>		
40	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - CX C/24 UNIDADES	125.000	CAIXA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - CX C/24 UNIDADES.</i>		
41	DESODORIZADOR SANITÁRIO - CX COM 36 UNIDADES	629.000	CAIXA
	<i>Especificação : DESODORIZADOR SANITÁRIO - CX COM 36 UNIDADES.</i>		
42	DETERGENTE P/ LIMPEZA PESADA DE PISO - FRASCO C/ 5L	139.000	UNIDADE
	<i>Especificação : DETERGENTE P/ LIMPEZA PESADA DE PISO - FRASCO C/5L</i>		
43	ESCOVÃO DE PIAÇAVA - COM CABO DE MADEIRA	171.000	UNIDADE
	<i>Especificação : ESCOVÃO DE PIAÇAVA - COM CABO DE MADEIRA</i>		
44	FLANELA 38CM X 58CM - AMARELA	178.000	UNIDADE
	<i>Especificação : FLANELA 38CM X 58CM - AMARELA</i>		
45	INSETICIDA SPRAY 300ML - CX C/12 UNIDADES	31.000	CAIXA
	<i>Especificação : INSETICIDA SPRAY 300ML - CX C/12 UNIDADES</i>		
46	LUSTRA MÓVEIS MADEIRA - 500ML	12.000	UNIDADE
	<i>Especificação : LUSTRA MÓVEIS - MADEIRA - 500ML</i>		
47	PÁ PLÁSTICO P/ LIXO - COM CABO	205.000	UNIDADE
	<i>Especificação : PÁ PLÁSTICA P-LIXO - COM CABO</i>		
48	PANO MULTIUSO C/ AGENTE ANTIBACTÉRIA - EMBALAGEM C/5 UNIDADES	87.000	EMBALAGEM
	<i>Especificação : Material Celulose Virgem, Largura 10 Cm, Cor Branca, Características Adicionais Picotado, Folha Dupla, Fardo contendo 16 pacotes de 4 rolos.</i>		
49	PAPEL HIGIÊNICO - NEUTRO - FARDO C/ 16 PCTS DE 4 ROLOS	109.000	FARDO
	<i>Especificação : Material Celulose Virgem, Largura 10Cm, Cor Branca, Características Adicionais Picotado, Folha Dupla, Fardo contendo 16 pacotes de 4 rolos.</i>		
50	PAPEL HIGIÊNICO - PERFUMADO - FARDO DE 16 PCTS C/ 4 ROLOS	213.000	FARDO
	<i>Especificação : PAPEL HIGIÊNICO - PERFUMADO - FARDO DE 16 PCTS C/ 4 ROLOS.</i>		
51	PAPEL TOALHA - PCT COM 2 ROLOS	870.000	PACOTE
	<i>Especificação : PAPEL TOALHA - PCT COM 2 ROLOS</i>		
52	SABÃO EM BARRA 1KG CX C/10 UNIDADES	62.000	CAIXA
	<i>Especificação : Multiuso Para Limpeza Em Geral, Biodegradável, Barra De 1kg, Embalagem Com Nome Do Fabricante, contendo 10 Unidade Caixa, Data De Fabricação E Prazo De Validade, Registro No Ministério Da Saúde.</i>		
53	SABONETE ANTISSEPTICO (À BASE DE TRICLOSAN) - BOMBONA 5L	10.000	UNIDADE
	<i>Especificação : SABONETE ANTISSEPTICO(À BASE DE TRICLOSAN) - BOMBONA 5L</i>		
54	SABONETE EM BARRA - 90G	91.000	UNIDADE
	<i>Especificação : SABONETE EM BARRA - 90G</i>		
55	TOUCA HIGIÊNICA DESCARTÁVEL - PCT C/100 UNIDADES	54.000	PACOTE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : TOUCA HIGIÊNICA DESCRATÁVEL - PCT C/100 UNIDADES</i>		
56	VASSOURA DE PIAÇAVA Nº5 - CABO DE MADEIRA	284.000	UNIDADE
	<i>Especificação : Vassoura, Material Cerdas Piaçava, Material Cabo Madeira, Material Cepa Madeira, Comprimento Cepa 60 Cm, Tipo Institucional, Tipo Cabo Comprido, Largura Cepa 7,5 Cm, Altura cepa 05 Cm, Aplicação Limpeza Em Geral Cepa 7,5 Cm, Altura Cepa 05 Cm, Aplicação Limpeza Em Geral</i>		
57	SACO PARA LIXO - 50L - PCT C/10 UNIDADES	4687.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 50L - PCT C/10 UNIDADES.</i>		
58	SACO PARA LIXO - PCT C/10 UNIDADES	1562.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 30L - PCT C/10 UNIDADES.</i>		
59	SACO PARA LIXO - 200 - PCT C/5 UNIDADES	2500.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 200 - PCT C/5 UNIDADES.</i>		
60	SACO PARA LIXO - 15L - PCT C/10 UNIDADES	1562.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 15L - PCT C/10 UNIDADES.</i>		
61	SACO PARA LIXO - 100L - PCT C/5 UNIDADES	5625.000	PACOTE
	<i>Especificação : SACO PARA LIXO - 100L - PCT C/5 UNIDADES.</i>		
62	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 15L	26.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 15L</i>		
63	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 50L	16.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ PEDAL - 50L</i>		
64	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO FECHADO C/ TAMPA - 30L	15.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO FECHADO C/ TAMPA - 30L</i>		
65	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO C/ TAMPA - 100L	49.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO FECHADO C/ TAMPA 100L</i>		
66	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO S/ TAMPA - 9,6L	7.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO S/ TAMPA - 9,6L</i>		
67	CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO C/ TAMPA - 50L	26.000	UNIDADE
	<i>Especificação : CESTO PLÁSTICO P/ LIXO TELADO C/ TAMPA - 50L.</i>		
68	LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA TAMANHO G	162.000	PAR
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA- TAMANHO G</i>		
69	LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA - TAMANHO M	163.000	PAR
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA CURTA - TAMANHO M</i>		
70	LUVA EM LÁTEX MANGA LONGA - TAMANHO G	81.000	PAR
	<i>Especificação : LUVA EM LÁTEX MANGA LONGA - TAMANHO G</i>		
71	ESFREGÃO MOP DE ALGODÃO COM CABO	26.000	UNIDADE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<i>Especificação : ESFREGÃO MOP DE ALGODÃO COM CABO</i>		
72	BALDE C/ ESCORREDOR 9L	105.000	UNIDADE
	<i>Especificação : BALDE C/ESCORREDOR 9L</i>		
73	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRAGEM BACTERIANA - CX C/ 50 UNIDADES	88.000	CAIXA
	<i>Especificação : MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRAGEM BACTERIANA - CX C/ 50 UNIDADES</i>		

5. DO FUNDAMENTO LEGAL

5.1. Lei nº 14.133/2021, atualizada.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 6.1 Objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 6.2 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, conforme art. 107 e art. 124 da Lei 14.133/21.
- 6.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

7. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 7.2 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 7.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 8.2 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 9.2 O requisito básico para a **AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEL, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO, E SUAS SECRETARIAS E FUNDOS**, é que ela seja qualificada, licenciada e/ou autorizada, tendo total competência para o fornecimento.
- 9.3 A fim de garantir o funcionamento regular e permanente do atendimento da população de Santarém Novo/PA deve estar apta a exercer a atividade comercial, e estar de acordo com os critérios previamente estabelecidos pelo contratante/fiscalização, principalmente quanto a:

9.3.1 Sustentabilidade:

- I. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- a) Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com material proveniente de reflorestamento.
- II. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.3.2 Subcontratação

- I. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

9.3.3 Garantia da contratação

- I. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

10. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.2 O prazo de entrega dos objetos solicitados é de 05 (cinco) dias, contados da data do (a) pedido e na quantidade demandada pela secretaria contratante.

10.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas, devidamente comprovadas, com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

10.3.1 Os bens deverão ser entregues no endereço solicitado no pedido pela Secretaria Municipal contratante.

10.3.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (metade) do prazo total recomendado pelo fabricante.

10.4 Garantia, manutenção e assistência técnica:

10.4.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Fiscalização:

11.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica:

11.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

11.8.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

11.8.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

11.8.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

11.8.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

11.8.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa:

11.9 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato:

11.10 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

11.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

- 11.12** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 11.13** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 11.14** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 11.15** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 11.16** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

12.2 Recebimento do Objeto

- 12.2.1** Os materiais/serviços serão recebidos no local indicado pela secretaria, constante na ordem de compra e/ou serviço, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 12.2.2** Os bens e/ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 12.2.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 12.2.4** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.3 Da liquidação:

- 12.3.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 12.3.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.3.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) O prazo de validade;
 - b) A data da emissão;
 - c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) O período respectivo de execução do contrato;
 - e) O valor a pagar; e
 - f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 12.3.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 12.3.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.3.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 12.3.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 12.3.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.3.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 12.3.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.4 Forma de pagamento:

- 12.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem de serviço, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 12.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem de serviço para pagamento.
- 12.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

12.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento

12.5 Prazo para pagamento:

12.5.1 O pagamento será realizado por meio de ordem de serviço, na agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.5.2 O pagamento será efetivado em até 10 (dez dias) úteis, a contar da liquidação da despesa, nos termos do inciso II do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

12.5.3 A Administração Municipal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos do § 4º do art. 8º Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

12.5.4 Nenhuma liquidação ou pagamento será efetuado enquanto a empresa estiver pendente de qualquer obrigação financeira e/ou documental, devendo apresentar juntamente com a fatura as certidões negativas relativas aos Tributos Federais, Estaduais, Municipais, Trabalhistas e FGTS, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento, conforme disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

13.2 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.2.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

13.3 Forma de fornecimento

13.3.1 O fornecimento do objeto será parcelado.

13.4 Exigências de habilitação

13.4.1 Considerando o objeto da licitação, sugerimos para previsão do futuro Instrumento Convocatório, além da documentação de Habilitação Jurídica, Fiscal e Econômica e Financeira, as seguintes exigências de qualificação técnica:

13.4.2 Comprovação de aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa fornece ou forneceu, satisfatoriamente, materiais/produtos/equipamentos compatíveis com aqueles constantes desta licitação.

14. DA REFERÊNCIA DE PREÇO DE MERCADO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO DO OBJETO

14.1 MÉTODO DE PESQUISA: Informa-se que as empresas abaixo foram contatadas e apresentaram os orçamentos, respectivamente:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Informamos que a pesquisa de preços foi realizada diretamente com fornecedores da região. Caber frisar que este tipo de cotação está amparado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Ressalta-se ainda que a metodologia utilizada para obtenção dos valores de mercado foi a disposta no inciso IV, Art. 5º, da referida Instrução, conforme abaixo:

“Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:
III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso”.

O objeto em tela é a **AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEL, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO, E SUAS SECRETARIAS E FUNDOS**. Sendo assim, para a formação de preço do objeto supracitado, se fez necessário a observação de vários parâmetros, dos quais não foram possíveis de verificar através dos filtros disponíveis no Sistema do Banco de Preços/Painel de Preços, em decorrência das especificidades de muitos itens que compõem o objeto. Desta forma, não foi possível comparar tecnicamente estes itens com outros semelhantes de processos anteriores, e correlacionar as especificações.

Sobre este tema, destacamos o trecho do **Acórdão nº 2816/2014 do TCU**, que diz:

“Quando à alegação de que, devido à especificidade do objeto, não teria sido possível encontrar atas de registro de preços que pudessem ser aproveitadas nas estimativas, entendemos que cabem algumas considerações. De fato, em razão das peculiaridades dos eventos promovidos pelas diferentes unidades é muito difícil quando a composição de uma licitação seja aproveitada por outra em sua integridade. Não obstante, ainda que organizados de maneiras diferentes, há diversos itens que aparecem de forma recorrente nos certames destinados as contratações do tipo, que poderiam ser aproveitados na fase de planejamento da contratação, auxiliando o gestor na elaboração do orçamento estimado”.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

14.2 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.716.698,78 (dois milhões setecentos e dezesseis mil reais, setenta e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 4 deste termo.

15. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

15.2 As despesas para atender a estas demandas estão programadas em dotações orçamentárias próprias, prevista no orçamento das secretarias e fundos municipais de Santarém Novo/PA para o exercício de 2025:

Dotações Orçamentárias:

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal

Unidade: 0201 Gabinete do Prefeito

0202 Secretaria Municipal de Administração

0204 Secretaria Municipal de Finanças

0206 Secretaria Municipal de Cultura

Atividade Programática:

2.006 Manutenção do Gabinete do Prefeito;

2.012 Manutenção da Secretaria de Administração;

2.013 Manutenção da Secretaria de Finanças;

2.031 Manutenção da Secretaria de Cultura;

Órgão 01 Fundo Municipal de Saúde

Unidade 0301 Fundo Municipal de Saúde

Atividade Programática:

2.043 Manutenção do PAB-FIXO;

2.057 Promoções das ações da Vigilância Sanitária;

2.068 Manut. Serviços Administ. da Secretaria Municipal de Saúde;

Órgão 01 Fundo Municipal de Educação

Unidade 0401 Fundo Municipal de Educação

Atividade Programática:

2.081 Manutenção do Programa Salario Educação – QSE

2.082 Manutenção de Outros Programas da Educação;

2.089 Manut. da Secretaria Municipal de Educação;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 0501 Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade Programática:

- 2.092 Manutenção do Programa Criança Feliz
- 2.096 Manutenção do Programa CADÚNICO;
- 2.097 Manut. do Co-Financiamento Estadual;
- 2.098 Manutenção CRAS;
- 2.099 Manutenção do serv. De conv. E fort. De vínculo – SCFV;
- 2.103 Manutenção do Centro de Referência Especializada – CREAS;
- 2.111 Manutenção dos serviços Administrativos da SEMAS;

Órgão 01 Fundo Municipal de Desenv. Da Educação Básica -FUNDEB

Unidade 0601 Fundo Municipal de Educação

Atividade Programática:

- 2.117 Manut. das atividades de apoio 30% -Ensino Fundamental
- 2.121 Manut. das atividades de apoio 30% -Ensino Infantil

Órgão 01 Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Unidade 0701 Fundo Municipal de Educação

Atividade Programática:

- 2.125 Manut. da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Natureza da Despesa:

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Subelemento: 3.3.90.30.21 Material de Copa e Cozinha

Subelemento: 3.3.90.30.22 Material de Limpeza/Produtos de Higienização

15.3 As dotações relativas aos exercícios financeiros subsequentes serão indicadas após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.2 Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Termo de Referência;

16.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 16.4** Solicitar a troca dos serviços/produtos devolvidos mediante comunicação a ser feita pelo Fiscal do Contrato;
- 16.5** Solicitar, por intermédio de Ordem/Requisição de Produto/Serviço, por servidor designado para este fim, a execução dos serviços contratados;
- 16.6** Comunicar à Contratada, qualquer irregularidade durante a execução contratual e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.
- 16.7** Realizar os pagamentos devidos nas datas aprazadas.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.2** Cumprir fielmente as exigências da Administração Municipal, naquilo que não contrariar o aqui previsto;
- 17.3** Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da Administração Municipal, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- 17.4** Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração Municipal;
- 17.5** Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- 17.6** Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Administração Municipal quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do contrato;
- 17.7** Efetuar os serviços/fornecimentos, objeto da Autorização/Requisição/Ordem de Serviço/Fornecimento, de acordo com as necessidades da(s) Unidade(s) Requisitante(s), após o recebimento de requisições expedidas pelo Setor competente;
- 17.8** Comunicar ao Setor competente por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 17.9** Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião da contratação;
- 17.10** A CONTRATADA se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-transporte, vale-refeição e outros benefícios exigidos. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- 17.11** Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 17.12** Utilizar materiais solicitados neste termo de primeira qualidade, observando o registro nos órgãos competentes e o prazo de validade, sendo vedada a utilização de produtos com alterações de características, ainda que dentro do prazo de validade;
- 17.13** Cumprir fielmente todas as disposições deste Termo de Referência, bem como as disposições contratuais, as quais farão parte indivisível das obrigações da Contratada.

18. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e acompanhamento da execução do(s) futuro(s) Contrato(s), decorrentes da licitação, será realizada pelos fiscais de cada secretarias, observando-se as disposições contidas no artigo 117 da Lei 14.133/21 da prefeitura e suas secretarias municipal de Santarém Novo/PA.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

18.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

19. DAS PENALIDADES

19.2 A empresa que se recusar a executar o fornecimento do objeto contratual, ou realizá-los em discordância com as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, motivará a rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas nos artigos 156 ao 163 da Lei 14.133/21, cabendo defesa prévia, recurso e vistas do processo, nos termos da mesma lei.

Santarém Novo/PA, 15 de setembro de 2025.

Atenciosamente,

NILDO MARCIO DE ARAÚJO AQUINO

Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 021/2025-GAB-PMSN

MARIA HELENA COSTA E COSTA

Secretária Municipal de Saúde
Decreto Nº 120/2025-GAB PMSN

ODINELSON LOPES ALMEIDA

Secretário Municipal de Educação
Decreto Nº 023/2025-GAB PMSN

PAULA DANIELE DA ROCHA MENDES

Secretaria Municipal de Assistência Social
Decreto nº004/2021

OTONIEL MARTINS NUNES

Secretário Municipal de Meio Ambiente
DECRETO Nº 030/2025-GAB-PMSN

End.: Rua Frei Daniel de Samarate, 128
Centro - Santarém Novo - PA
CEP: 68720-000



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

_____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, (função na empresa), como responsável legal desta empresa.

g) Dados bancários: (informar banco, agência e conta corrente)

h) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nome e Cargo do Representante da Empresa
RG nº _____



PREFEITURA DE
SANTARÉM NOVO
SEGUINDO EM FRENTE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026-PMSN
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2026-_____
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____/26/

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026
CONTRATO Nº XXXXX
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº xxxxx
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xxxxxxxxx/26

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº XXXXXXXX
, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SANTARÉM
NOVO, POR INTERMÉDIO DO(A) SECRETARIA MUNICIPAL
DE XXXXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de Santarém Novo, através do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXX, CNPJ-MF, Nº xxxxxxxxxxxxxx, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, SECRETARIO MUNICIPAL DE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e do outro lado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ/CPF CNPJ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador do(a) CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, têm justo e contratado o seguinte:

1. DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital da PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº xxx/2026, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Itens Contratados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como na licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP, nº xxx/2026.

3. DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas no processo licitatório nº xxx/2026 e neste termo contratual;

3.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

I - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Administração, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

3.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

3.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

3.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que gerou este Contrato, decorrente do(a) PREGÃO ELETRÔNICO SRP de nº xxx/2026.

3.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos produtos/serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Segurança Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

3.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

3.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique com os produtos/serviços.

3.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

3.12. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 3.13.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 3.14.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos produtos/serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 3.15.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- 3.16.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 3.17.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 3.18.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 3.19.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- 3.20.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 3.21.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.22.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 3.24.** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1.** A CONTRATANTE se obriga a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
- 4.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta
- 4.3.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 4.4.** Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 4.5.** Pagar à CONTRATADA o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.
- 4.6.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA.
- 4.7.** Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- a)** Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos produtos/serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - b)** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - c)** Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - d)** Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 4.8.** Fornecer por escrito as informações necessárias para a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato;
- 4.9.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos produtos/serviços, após seu recebimento;
- 4.10.** Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 4.11.** Cientificar o órgão de representação judicial da Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 4.12.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 4.13.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 4.14.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 4.15.** Fica designado servidor o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXX, para acompanhar e fiscalizar o presente contrato

5. DA VIGÊNCIA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.1. A vigência deste instrumento contratual iniciará na data de sua assinatura, extinguindo-se em XXXXXXXXX, podendo ser prorrogado de acordo com os termos da Lei nº 14.133/2021, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- I - Esteja formalmente demonstrado que a forma de execução do contrato tem natureza continuada;
- II - Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os produtos/serviços tenham sido fornecido regularmente;
- III - Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na execução do objeto;
- IV - Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- V - Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- VI - Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

6. DA RESCISÃO

6.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- I - Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos produtos/serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Der causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- IX - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 7.1 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 7.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

7.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8. DO VALOR E DO PAGAMENTO

8.1. O valor total da presente avença é de R\$ xxxxxxxx (valor por extenso).

8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o(a) SECRETARIA MUNICIPAL atestar a execução do objeto do contrato.

8.5. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

8.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

8.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

8.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

8.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.12. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

8.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- I - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.17. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 124, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Caso o IPCA venha a ser extinto) ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) SECRETARIA MUNICIPAL, na dotação orçamentária Exercício 2025 Atividade XXXXXXXXXXXXXXXX, Classificação econômica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

13. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de Santarém Novo Pará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Santarém Novo - PA, ___/___/___

SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ(MF) XXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO(A)

PREFEITURA DE
SANTARÉM NOVO
SEGUINDO EM FRENTE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026-PMSN
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2026-____
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/26/

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto nº de de de 202..., publicada no de de de, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202..., processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máx	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Municipal que não participaram do procedimento de licitação poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. O Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços será de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme determina o art. 75, da lei 14.133/21, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2024.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2024.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2024).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO
CNPJ: 05.149.182/0001-80
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO V
MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026-PMSN
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2026-_____
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/26/
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

- 1) Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- 2) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3) Que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 4) Que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de gerência ou administração, conforme art. 1º, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.
- 5) Que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.
- 6) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.
- 7) Que é **ME, EPP ou MEI** e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 8) Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Santarém Novo /PA, ____ de ____ de 2026.

Representante Legal/Procurador

(Nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)